

**Universidade de Lisboa**

**Faculdade de Letras**

*O belo em Tomás de Aquino e a sua presença*

*na*

*Arquitectura Paisagista Portuguesa*

**Mestrado em Filosofia**

**Autor: Manuel António Alves Pinto, aluno n° 41317**

**2023**

**Dissertação especialmente elaborada para a obtenção do grau de Mestre,  
orientada por:**

**Professora Doutora Adriana Veríssimo Serrão e**

**Professor Doutor José Viriato Soromenho-Marques (Co orientador)**

**Resumo:** A presente dissertação procura mostrar afinidades entre o pensamento de Tomás de Aquino em torno da ideia de belo e a presença desta concepção na fundação da escola portuguesa de arquitectura paisagista. A primeira parte incide sobre a temática *belo*, a par do modo como um autor da estirpe intelectual de Tomás de Aquino ousou abordá-la, ainda jovem frade dominicano, pela mão do seu mestre e protector Alberto Magno, ao descobrir o pensamento expresso por um enigmático seu congénere neoplatónico sobre o mesmo tema oito séculos antes, cujo nome a História registou como Pseudo Dionísio Areopagita. A segunda ocupa-se da exposição da presença do núcleo fundamental do pensamento de Aquino sobre a referida temática na arquitectura paisagista portuguesa, destacando-se o papel crucial que coube a Francisco Caldeira Cabral, enquanto seu fundador e pioneiro deste novo ramo das belas-artes em Portugal, bem como a alguns dos seus mais dilectos seguidores, casos de Gonçalo Ribeiro Telles e de Fernando Santos Pessoa. A parte final incide numa apreciação ao declínio da arquitectura paisagista no mundo, bem como no nosso país, ao qual se associa o estado de degradação ecológica de que o Planeta está sendo vítima.

**Palavras-chave:** Belo, Bem, Natureza, Visão, Arquitectura, Paisagem, Ecologia, Território, Divino.

**Abstract:** The present thesis attempts to show affinities between Thomas Aquinas's thinking about the view of the beautiful and the presence of this conception in the Portuguese school of landscape architecture. The first part of it is focused on the way in which an author of his intellectual level dared to approach the topic, despite being a young Franciscan monk. By the guidance of his mentor and protector Albert Magnum, he discovered the thought expressed by an enigmatic Neoplatonic congener eight centuries before, whose name history registered as so-called Areopagite Dionysus. The second part deals with the fundamental presence of Aquinas's thought in the Portuguese landscape architecture, detaching the crucial role of Francisco Caldeira Cabral, the founder and pioneer of this new fine arts branch in Portugal, as well as some of his most devoted followers, such as Gonçalo Ribeiro Telles and Fernando Santos Pessoa. The final part approaches the landscape architecture decline around the world, associated to the ecological degradation that has the planet as its victim.

**Keywords:** Beautiful, Good, Nature, Architecture, Landscape, Ecology, Territory, Divine.

## Agradecimentos

Desde que o razoável conhecimento de si mesmo deu sinais de vida, a gratidão alojou-se entre os valores que o autor da presente dissertação mais preza.

Ao formalizar a apresentação do texto que a corporiza, o sentimento que o percorre estará muito para lá da *praxis* que, na circunstância, a tradição académica consagra. Na verdade, se pretender ser-lhe fiel – admitindo que as palavras conseguem traduzir o que lhe vai na alma – ele reconhece que é toda uma existência, desde o berço aos bancos desta extraordinária Escola, que faz ouvir a sua voz.

A memória dos ensinamentos que lhe foram sendo transmitidos por pais, irmãos, amigos e colegas, sem esquecer os mestres que lhe deram a conhecer as primeiras letras e números, a par dos que nesta Faculdade lhe vêm alargando horizontes de espanto tais, que quase o tornam insignificante face a eles, todos parecem entoar um coro digno do mais nobre e elevado reconhecimento, sem que ali se detete a mais leve dessintonia.

Curiosamente, veio o autor a descobrir que, parafraseando um amigo seu, “já Tomás de Aquino era da mesma opinião”. Na realidade, o nosso *Doctor Humanitates* escreveu, também, um *Tratado da Gratidão*, classificando a virtude em três categorias, na última das quais evidencia a particularidade da palavra que, na nossa língua, traduz esse sentimento face à generosidade de terceiros, valorizando-a, por comparação com expressões idênticas noutras línguas europeias. Segundo ele, a inglesa, a alemã, a francesa a espanhola ou a italiana, limitar-se-iam a ficar-se pelas *gracias*, não possuindo esse vínculo de cunho moral reciprocamente implícito, esse traço que acolhe um sentir mais fraternal, como sucede connosco.

De facto, *obrigado* encerra esse modo tão particular de manifestar gratidão, expressando um laço de afeto cuja intensidade é sempre sublinhada pelo tom em que a palavra é proferida porque, afinal, a voz diz muito de nós! Quando a expressão é ainda

mais intensa ao pronunciarmos *muito obrigado*, o *laço* torna-se claramente “mais apertado”, como é óbvio! É que, ao olharmos o facto de um modo mais atento e profundo, concluiremos não se tratar de uma mera manifestação por parte de alguém que é civilizado, ou bem-educado, como por norma é entendido; não, senhor! Na verdade, a carga afetiva que a palavra encerra demonstra existir um subliminar “compromisso” a que a pessoa em causa se vincula; uma ligação de cunho, não apenas moral, mas também compassivo, de que resulta sentir-se ela, aos seus próprios olhos, “obrigada” a honrar, por ter sido merecedora de uma tão nobre atitude de boa-vontade, de espontâneo e desinteressado sentido de fraternidade, afinal de contas, ainda que “ao de leve”, “de raspão”. No entanto, há que reconhecer que este lado genuíno do significado de *obrigado* se perdeu por completo e se travestiu de boa educação, de boas maneiras, sem dúvida, para não dizer de etiqueta, que assenta bem em quem o profere.

Aqui chegados, perguntar-se-á: por que razão será este um tema objeto de tratamento particular no contexto da dissertação? A resposta afigura-se-nos francamente simples de dar; é que, a referência aos *agradecimentos* em trabalhos de índole académica como este o é, tornou-se uma prática habitual, uma espécie de “obrigação”, de gesto de “bom-tom”, que um texto que “se preze” não se permite prescindir e nele não pode deixar de marcar presença. Em nosso entender, esta prática conduziu à banalização, ao esvaziamento do genuíno conteúdo da palavra *obrigado*; logo, ao seu empobrecimento, portanto.

Esta realidade espicçou o autor para que se não sintonizasse com aquilo que o tempo converteu em “hábito instalado” porque, para ser justo, o sentimento de gratidão que o invade extravasa, largamente, o âmbito da Academia, tendo em atenção os infinitos contributos por si recolhidos para esta dissertação ser o que é. Por tal motivo, é ele merecedor de ser expresso de uma maneira mais sentida e pessoal, principalmente em relação a todos os que, sendo “o outro”, foram os seus Mestres ao longo desta existência que tem sido a sua. Desse modo, portanto:

Muito obrigado, àqueles que, com tanto amor, me trouxeram a este mundo;

Muito obrigado aos meus amigos, colegas e companheiros que me deram o melhor de si, sem se terem dado conta da riqueza dessa generosa entrega, assim contribuindo para me ter sido possível ser o que, e quem sou;

Muito obrigado a essa outra grande Escola que é o mundo do trabalho;

Muito obrigado ao sofrimento inevitável que me tocou em sorte, singularíssimo e indispensável instrumento na descoberta e construção de quem fui sendo;

Muito obrigado a todos os que me guiaram nos primeiros passos nesta maravilhosa aventura que é aprender, aprender, aprender sempre.

Muito obrigado aos meus queridos Professores desta grande Faculdade de Letras, pela mão dos quais me foram abertos horizontes de espanto e de serena alegria que, sem eles, jamais me teriam sido revelados;

Muito obrigado à Professora Doutora Filipa de Almeida Afonso por, a seu modo muito próprio, me ter encorajado a seguir em frente neste esforço de levar a bom porto um Mestrado que ela mesma apadrinhou;

Muitíssimo obrigado Professor Doutor Viriato Soromenho-Marques por, através da Filosofia, me ter aberto as portas à descoberta da árdua combinação entre simplicidade, modéstia e sabedoria;

Muitíssimo obrigado Professora Doutora Adriana Veríssimo Serrão, pela nobreza dos valores que defende, pelo seu amor à Natureza, pela comunhão de ideais, que tanto pesaram na luminosa orientação que me proporcionou.

# Índice de matérias

Introdução.....	9
1-Revisitando o belo no pensamento de Tomás de Aquino.....	19
– Breve reflexão em torno da ideia de belo.....	19
– Do confronto inicial de Tomás de Aquino com a ideia de belo.....	20
– Do entendimento sobre o belo em Tomás de Aquino .....	23
– Da função crucial do olhar na apreensão do belo .....	25
– De uma tríade sobre o belo enquanto expressão do divino.....	30
- De uma «estética medieval» para uma «estética do divino».....	33
- Em busca de uma identidade entre belo e bem.....	40
– Das razões por que belo e bem se identificam.....	40
– Da identidade entre belo e bem no mesmo sujeito.....	41
– Das diferenças que a razão impõe entre belo e bem.....	48
– Subjetivismo <i>versus</i> objetivismo no tocante ao belo .....	52
– De olhos na outra “margem” .....	53
2 - A arquitectura paisagista portuguesa.....	55
– Primórdios da arquitectura paisagista .....	55
– Critérios estéticos da arquitectura paisagista .....	65
– Arquitectura paisagista e natureza .....	67
– Francisco Caldeira Cabral, o fundador da Escola Portuguesa de Arquitectura Paisagista.....	68
– O apagamento da arquitectura paisagista em Portugal .....	74
– O poder e o declínio da arquitectura paisagista .....	77
3 – A arquitectura paisagista num planeta em agonia .....	81
4 – Considerações finais.....	85
5 – Bibliografia .....	91



## **Introdução**

### **- Navegar é preciso...**

Ao nos propormos levar por diante uma tarefa de tão elevado grau de exigência, torna-se francamente inspirador o mote adotado pelo general Pompeu, que incitava os seus receosos marinheiros a não se deixarem vergar pelas investidas a que o mar os sujeitava pois, «viver não era preciso». O espírito que, no seu todo, a frase encerra, cerca de dois mil anos mais tarde viria a ser reclamado pelo nosso Fernando Pessoa, como é sabido.

Ora, questionar-se sobre “para que serve a filosofia” significa, de facto, não só reflectir acerca da utilidade em procurar compreender o mundo, nós próprios e os outros, mas também e, principalmente, acerca da qualidade das relações que com eles estabelecemos posto que, tendo presente um popular e velho dito que proclama que “a Vida é um jogo”, viver é “estar em permanente relação com”, a começar por si mesmo, pois, é nessas relações que tudo se joga, afinal, estando-se consciente de que “não há jogo sem regras”. Acresce, para além do mais, que ele se desenrola num ininterrupto quadro de interdependências que a condição de seres gregários inexoravelmente nos impõe.

Por natureza, sentimos uma necessidade imensa de encontrar explicação para o que quer que seja nos prenda a atenção. Por isso, não será demais afirmar que, se há coisas que fazem estremecer a insaciável curiosidade do ser humano, aquelas que ele não consegue explicar estarão na primeira linha das paixões a que é tão atreito.

De entre as que lhe causam maior espanto, a beleza ocupará lugar de destaque enquanto fenómeno, ou não se tenha ela expressado desde o início dos tempos, seja predominantemente, através da infinita paleta de formas, côres e tonalidades do que nos é dado observar, qualquer que seja o meio envolvente em que nos encontremos, seja por via da infinidade de sons que nesses mesmos meios nos é permitido escutar. Todavia, não se pode deixar de constatar que o espaço único que, enquanto humanos, a beleza

ocupa dentro de nós, não seria o que é se não fossemos naturalmente dotados, de entre outras, da faculdade que nos permite reconhecê-la enquanto tal.

Eis-nos face a duas situações que desde sempre vêm alimentando, a par de tantas mais, os seus rastros de mistério e estupefação, traços esses que, nos acompanham vida fora. Talvez não seja demais afirmar, até, ser esta a génese da própria filosofia. Bastaria, apenas, termos presente, que um filósofo não é um génio possuidor de uma mente excepcional, mas sim, alguém que se obstina em indagar sobre as questões mais críticas e fundamentais da existência humana.

A propósito do que atrás se afirmou, ocorre-nos uma reflexão de Aristóteles, na sua *Metafísica*<sup>1</sup>, cujo teor é o seguinte: “Com efeito, foi devido ao facto de se admirarem que os homens, tanto agora como a princípio, começaram a filosofar, ficando surpreendidos inicialmente com as dificuldades mais próximas; depois, avançando assim a-pouco-e-pouco, exploraram também questões mais elevadas, tais como as alterações da Lua, do Sol e das estrelas, e bem assim a génese do mundo”.

No entanto, damo-nos conta que a beleza se expressa muito para além dos sons, das formas, das cores e das suas tonalidades. Fá-lo, também, através de aspetos que, de tão subtis e deslumbrantes, nos intrigam ainda mais, sejam os que se revelam pela “mão” da Natureza, sejam os que o fazem pela do Homem, ao nos embriagarem de encantamento e admiração, de cada vez que nos predispomos a contemplá-la.

O que o belo tem inspirado a poetas, romancistas, compositores, dramaturgos, ou a pintores, arquitectos e escultores, sem esquecer os cientistas e outros autores, dos mais modestos e anónimos, aos mais famosos e mundanos desde tempos imemoriais, é algo de verdadeiramente inimaginável, revelando-nos aquele que, provavelmente, será o

---

<sup>1</sup> ROCHA PEREIRA, Maria Helena, *Estudos de História de Cultura Clássica- Cultura grega*, p.379.

mais fascinante e elevado de entre os atributos inatos de que o ser humano é detentor: a sua capacidade de criar e tudo o que esse acto implica.

Por si só, um e outro temas possuem um grau de beleza cuja intensidade se torna impossível traduzir por palavras com convincente fidelidade. Talvez o sentimento que se experiencia ao assistirmos à doce explosão da Primavera e imaginar a pujança de toda a Vida que lhe está por detrás, ou quando, boquiabertos, mergulhados na nossa esmagadora pequenez, contemplamos um céu alentejano pejado de estrelas, numa noite coberta de breu, talvez (dizíamos), estas experiências nos permitam uma leve aproximação ao que se pretende expressar.

Ante uma tal pretensão, fará algum sentido questionarmo-nos acerca das razões que terão estado na origem do facto de se querer juntar os fundamentos do pensamento de Tomás de Aquino em torno do belo, com a arquitectura paisagista portuguesa tanto mais que, à primeira impressão, qualquer coisa de insólito terá pesado na escolha. É que, para lá da vertente estética trabalhada pelo grande filósofo da Baixa Idade Média, ele aborda uma faceta do belo mais enigmática e encantatória, que desperta em nós capacidades adormecidas, forças, energias, facetas desconhecidas, “isso” que faz transparecer em nós uma propensão, uma pré-disposição, um impulso, uma abertura de alma, enfim, que nos incita à espontânea prática do bem, qualquer que seja a forma sob que se manifeste.

Ora, se por um lado somos sensíveis ao belo, que se revela porque o contemplamos, ou sentimos, (acto que desencadeia algo muito especial em nós que nos coloca de imediato em relação connosco próprios), não o seremos menos no tocante ao bem, que se expressa pela acção virtuosa concreta, colocando-nos em relação com os outros e com o mundo. Assim sendo, damo-nos conta de como um e outro se entrançam, se mesclam, se dinamizam, como se belo e bem, beleza e bondade, enfim, tivessem os seus fundamentos em si, reflexo ambas do genuíno sentido da dialética de que nos fala, por exemplo, Platão, quer na *República*, quer no *Fedro*.

Os primeiros passos da “caminhada” a que nos propusemos centram-se, por conseguinte, no que Tomás de Aquino refletiu em torno do belo, abordagem levada a cabo com um grau de profundidade e abrangência que ao autor se afiguram como suficientes para que se disponha de uma perspectiva minimamente aceitável do seu pensamento, no que respeita à temática que a dissertação aborda. Os passos seguintes procurarão descobrir e demonstrar, sem que os autores nacionais em estudo o tivessem explicitado, como as mencionadas reflexões do grande *Doctor Ecclesiae* se fazem sentir na Escola de Arquitectura Paisagista Portuguesa, nela alcançando presença notável, embora com recatada discrição. -

### **– Das motivações para a escolha da temática**

Ainda que num tom de manifesta brevidade, crê o autor ter cabimento tecer algumas considerações acerca deste subtítulo. Na realidade, os factores que sustentaram o empenhamento que o moveram a levar a cabo esta tarefa foram, fundamentalmente, os que a seguir se destacam.

Em primeiro lugar, o fascínio por tudo quanto é belo, enquanto característica inata do ser que lhe tocou em sorte, ainda juvenzinho, realidade que mais fundo nele ecoou do que qualquer outra, desde que, ao longo desses verdes anos, se entretinha a garatujar animais, flores, mãos e rostos de pessoas próximas, jeito que muito terá contribuído para, onze Primaveras volvidas, se sair vencedor de um concurso de construções na areia na praia da Ericeira.

Ainda jovem adulto, pôde ele ir cultivando aquele gosto secreto que uma situação política ameaçadora interrompera devido a um serviço militar que o regime de então impunha. Ao longo da sua vida já homem feito, permitiu-se uma militante dedicação a leituras várias sobre arte, participando em diversos cursos de divulgação, em múltiplas visitas a museus e exposições, tendo dado início à sua modesta colecção de obras sobre pintura, escultura, fotografia e arquitectura, no decurso das muitas viagens que efectuou, enquanto oficial da marinha mercante nacional. Essa circunstância proporcionou-lhe

uma fortíssima ligação a esse “filho” dilecto da mãe-Natureza, o mar, cujas tempestades e bonanças sublimemente vivenciou vezes sem conta.

Outro elemento de peso que esteve na origem da escolha da temática fundou-se no impacto que nele tiveram os ramos de conhecimento ministrados na nossa Faculdade, aos quais o autor tem tido acesso nos últimos anos e que se ocupam, tanto do domínio da Estética, quanto do da História; foram eles os que, de modo mais directo, o tocaram, realidade que, só por si, justificaria a opção na qual a dissertação se centra. Por isso, é merecedor de destaque o caso de Filosofia Medieval, disciplina que ao autor abriu portas que o levariam à descoberta de Tomás de Aquino e ao que ele pensou e discorreu em torno do belo, matéria de entre as muitas e variadas que as suas invulgares inteligência e capacidade de trabalho legaram à humanidade.

De mencionar, ainda, será o razoável grau de consciência, tanto cívica, quanto ética, que, desde jovem e por circunstâncias várias, muito contribuíram para ele valorizar a importância crucial que lhe cabe, bem como a todos nós, membros da humanidade, na preservação e respeito pelo meio-ambiente. Este aspeto fez despertar nele uma ainda mais forte ligação à Natureza, factor que chamou a sua atenção para os maus-tratos que vinham sendo infligidos em algumas zonas do território nacional por parte dos poderosos de então. Esta realidade operou nele um forte impulso para que reforçasse o seu interesse, tanto pelas questões ecológicas em geral - e, por via disso, pelo aparecimento, ainda que tardio, da Escola Portuguesa de Arquitectura Paisagista entre nós - quanto pela influência do pensamento e da acção do seu fundador, Francisco Caldeira Cabral. Notável foi o combate levado a cabo por este grande ecologista “avant la lettre”, empenhado que se mostrou em contrariar o urbanismo voraz, selvático e “patobravista” a que se assistia, bem como a importância por ele atribuída ao belo no esforço pioneiro que o animou, num contexto que obedecia ao princípio fundamental que sustentava a criação da própria Escola, o do ordenamento do território.

Note-se que, no nosso país, apenas em meados do séc. XX e no decurso da sua segunda metade, começaram estas matérias a despertar a curiosidade e o talento de

alguns estudiosos pioneiros, com destaque para aquele nosso grande arquitecto paisagista e para o seu mais fiel e dedicado seguidor, Gonçalo Ribeiro Telles.

Num brevíssimo olhar de apreciação ao *modus vivendi* da civilização a que pertencemos damo-nos conta, além do mais, que não é possível deixar de ter bem presente o que tem sido a evolução da humanidade, no seu todo, no decurso do período que se estende da Revolução Industrial aos nossos dias, o denominado e amplamente aceite Antropoceno. Em particular se se atentar, não só à evolução ocorrida após a Segunda Guerra Mundial, por via de algumas das formas de organização por que optaram as nações económica, financeira e industrialmente mais desenvolvidas do Ocidente, mas também nos planos político e social, sobretudo por parte de grandes grupos empresariais à escala planetária. Compreender-se-á, então, como ora se torna imperioso, a todos nós, seja na qualidade de cidadãos portugueses, seja na de habitantes desta devassada “casa comum”, tanto em contribuir para um desenvolvimento social e ecologicamente mais equilibrado, quanto em combater o estado agonizante a que o nosso martirizado Planeta tem vindo a ser votado no decurso do mencionado período histórico mais recente, para que seja posto termo ao flagelo climático que, não apenas o assola e devasta, mas também contra ele atenta, pondo em sério risco de continuidade toda a Vida que nele pulsa.

Em tempos como os de hoje, não nos será difícil identificar traços dominantes que, não sendo os únicos, sem o menor equívoco caracterizam esta mesma civilização. Estamos a referir-nos, concretamente, ao consumismo voraz, que campeia por tudo o que é lugar; ao egoísmo, que habita à flor da pele; ao individualismo, que alcança o *podium* dos “supremos valores”; à competição feroz, que é estimulada em todas as frentes, transformando “o outro” numa ameaça quase permanente; ao ridículo, que se alcandora a categoria estética; aos materialismo e hedonismo ferozes, que são abraçados como novos deuses, imunes ao tormento da dúvida. Neste quadro, não será estultícia nenhuma admitir estar-se ante uma combinação que, sendo de cunho marcadamente

académico ao juntar belo e bem, seja ironicamente vista como suscetível de acarretar um “grau de perigosidade” assaz elevado, atendendo ao contraste que ostenta.

O alerta que nos é lançado é o de que a humanidade, quase por inteiro, encolhendo os ombros sob a mais despuorada das indiferenças, vai caminhando, como que, atordoadamente, em direcção ao abismo atentando, não apenas contra a sua própria sobrevivência e a do próprio Planeta, mas também contra a de todos os demais seres que nele coabitam. Fá-lo ao “incendiar” a maravilhosa Terra cujo chão há milhões de anos pisa, com as suas práticas funestas, arrastando consigo tudo que nela palpita de Vida. Esta vertente é, igualmente, parte do todo que a dissertação aspira a evidenciar.

### **- Do recurso ao pensamento de Tomás de Aquino sobre o belo**

Quanto ao envolvimento de um autor da estirpe de Tomás de Aquino – cuja vastíssima, profunda e tematicamente variada obra fez deste monge dominicano, provavelmente, o maior e mais importante filósofo da Idade Média, superando o próprio Agostinho de Hipona – ele simboliza o tributo de gratidão que o autor pretende prestar a essa singularíssima figura de ser, por certo de entre os mais nobres que a humanidade deu a conhecer ao mundo, tendo em atenção a surpreendente descoberta de afinidades que detetou no decurso do estudo que lhe dedicou no contexto da disciplina de Filosofia Medieval, já referida. São disso exemplos, a importância do silêncio nas suas vidas, a atitude escrupulosa em tudo o que concerne “Àquele sobre quem nada pode ser dito” (na perspectiva da velha sabedoria hindu), a proposta de amor fraterno preconizada por Jesus Cristo, a profunda admiração pela inteligência de Aristóteles e pela riqueza da sua obra, o reconhecimento da sagacidade intelectual do Pseudo Dionísio Areopagita, a abertura de mente e de espírito para fazer da dúvida, não um instrumento de tortura moral, mas sim uma via na busca da verdade, o que quer que ela seja e, em particular, o interesse no que ao belo e ao bem respeita.

Tomás de Aquino, essa mente solar que iluminou a Baixa Idade Média, terá sido dos poucos filósofos que ao estudo dessa relação se dedicaram em profundidade, razão pela qual se explica que conhecer o que ele pensou sobre o tema tenha sido tarefa

privilegiada, tendo em atenção (tal como o título da tese inequivocamente explicita) a presença que as suas ideias ocupam na criação da Escola de Portuguesa de Arquitectura Paisagista. Esse esforço em torno, tanto do belo, quanto do bem, concentrou-o ele numa parte da sua *Suma Teológica*, assim como nessa outra obra monumental que tem por título *Comentários aos Nomes Divinos*. A este propósito, crê o autor que é de toda a justiça recordar esse enigmático personagem que a história do cristianismo registou como Pseudo Dionísio Areopagita, um cristão neoplatónico bizantino que foi discípulo de Próclo, tido como o criador dos ditos *Nomes*.

### **– Da precisão quanto à ideia de belo, preconizada**

Creemos que se adivinha estarmo-nos a referir a dimensões mais nobres e elevadas de belo, quando nos pronunciamos no tom em que o temos vindo a fazer. Alain Michel<sup>2</sup> traduz com clareza este sentimento quando afirma que, “como acreditavam todos os filósofos da Grécia antiga, o sagrado está ligado à beleza”. É, pois, nesta vertente de algum modo transcendental, que o autor procura esforçar-se na abordagem que vem sendo exposta. Não obstante, ela estará longe de abarcar a real abrangência do entendimento de tão sublime virtude. Dir-se-ia mesmo que se limita a contemplar apenas uma pequena parte desse todo. Afinal, no dia-a-dia será o mais prosaico que predominará, realidade que nem por isso deverá ser subestimada. Por exemplo, bom é quase sempre sinónimo de qualquer coisa que nos faz bem, que estimula o nosso desejo, que nos convém ter, ou usar, ou pôr de parte, para o-que-der-e-vier.

É também frequentemente entendido como algo que nos dá prazer, que nos agrada. Neste sentido, o belo torna-se equivalente ao que é bom, razão pela qual, em diversas épocas históricas, se observa uma ligação muito estreita entre belo e bom em relação ao que nos dispõe bem e que gostaríamos de possuir; por isso, em economia, um bem é, tecnicamente falando, uma mercadoria, aquilo que, por inerência, ela, economia, produz, a par dos serviços, visando a satisfação de necessidades, quer de pessoas, quer

---

<sup>2</sup> MICHEL, Alain, *La Parole et la Beauté. Rhétorique et esthétique dans la tradition occidentale*, p. 48.

de organizações. No plural significa o “conjunto de elementos materiais suscetíveis de apropriação”

São imensas as situações em que a palavra bem nada tem de transcendente, muito menos ainda de sagrado. Observe-se, a título de curiosidade: bem feito, bem-haja, bem de consumo, por bem, bem-querer, bens de raíz, a bem de, não vai a bem vai a mal, supremo bem, para não irmos mais longe. O bom reina de modo semelhante neste universo: Que bom, bom senso, essa é boa, dizer das boas, do bom e do melhor, estou numa boa, escapar de boa....e fiquemos por aqui!

Apesar da trivialidade do panorama exposto, é possível identificar algo de belo ante a versatilidade semântica que a mesma palavra adquire ao ser usada como instrumento de comunicação, independentemente da carga emocional de que é veículo e da função (de grande utilidade, reconheça-se!) do seu uso simbólico para fins pragmáticos nas situações do quotidiano.

Quase seria desnecessário ter presente um pressuposto básico em torno destas ideias: o relativismo do que se considera belo, ou bem, que é obviamente variado e função das culturas das quais emana, tal como do tempo e do lugar em que estas florescem. De igual modo ser-nos-á permitido afirmar que as noções de um e de outro se alterarão de pessoa para pessoa, no contexto das próprias culturas a que elas pertencem, pondo em destaque as dimensões subjetiva e idiossincrática próprias da natureza de cada um de nós, sem as quais qualquer esforço de entendimento dos seus significados e do que eles representam é de todo impossível pois, «não há amador sem coisa amada, nem coisa amada sem amador». Evidentemente que nos circunscreveremos apenas ao que à cultura ocidental concerne, em particular na sua componente greco-latina.



## **1-Revisitando o belo no pensamento de Tomás de Aquino**

### **– Breve reflexão em torno da ideia de belo**

Quando qualquer de nós se predispõe a entender o que é o belo, bem como os efeitos que o simples acto de o captar geram em nós, seja pela “mão” da Natureza, seja pela humana, conceber uma noção clara, uma definição, uma ideia de belo capaz de concitar uma aceitação razoavelmente abrangente, não se afigura tarefa fácil. Em todo o caso, ser-nos-á possível admitir que uma tal experiência poderá fazer nascer, dar origem, despertar em nós um forte sentimento de admiração, de agrado, de maravilhamento, em maior ou menor grau sublinhado por um intenso fascínio até, cujo impacto que causa é suscetível de originar uma singularíssima vibração interior que sabemos situar-se muito para lá da simples emoção.

Essa experiência aproximar-nos-á bastante do que queremos significar. Obviamente que, uma impressão desta índole variará em grau de intensidade, o que decorre de factores tão diversos como a idade de cada um de nós, os níveis de instrução e educação alcançados, a cultura a que se pertence, os valores que nos estruturam, o tempo e o lugar em que acontece etc., sem esquecer, não só a idiosincrasia que nos caracteriza, mas também as circunstâncias em que o fenómeno decorre.

Todavia, note-se que a descrição acima nos coloca perante uma perspectiva de deleite estético - que mais não será que, uma elevada sintonização das coisas captadas com as vertentes sensível e intelectual que em nós acolhe o conhecimento, no sentido amplo do termo, e que origina uma particular sensação de harmonia na relação que se estabelece entre o objeto observado e nós, enquanto sujeito que o observa - gerado pela experiência que desse fenómeno decorre a qual nos transmite, sem sombra de dúvida, a ideia de estarmos face a algo que consideramos belo. No entanto, é de admitir que, naturalmente, essa perspectiva se nos afigure distinta da que o *Doctor Angelicus* experienciaria e preconizaria no seu tempo.

### – Do confronto inicial de Tomás de Aquino com a ideia de belo

Estamos convictos que foi pela mão de Alberto Magno que Tomás de Aquino terá despertado, pela primeira vez, para uma matéria que abordava ideias relativas ao belo e à beleza, ainda na qualidade de seu aluno, na disciplina de Teologia na Universidade de Paris. Mais tarde, na circunstância do seu regresso à Universidade de Colónia e depois de ter convencido o seu mais inteligente e brilhante pupilo a acompanhá-lo, o magíster germânico - tido como meritório comentador<sup>1</sup>, quer das obras de Aristóteles e de Avicena, quer das do Pseudo Dionísio Areopagita - organiza um curso sobre *Os Nomes Divinos*, obra da autoria deste monge neoplatónico bizantino, grego, do século V, no qual Aquino participa. O que, enfim, esse confronto lhe terá inspirado, foi vertido na obra que dedicou aos comentários sobre os ditos *Nomes*<sup>2</sup>, tarefa na qual a influência do seu mentor terá tido, presumivelmente, peso relevante, atendendo à forte ligação existente entre ambos.

Relativamente ao «comentário», género literário que tem as suas raízes no helenismo alexandrino amplamente utilizado nas Universidades europeias daqueles tempos, ele conhece o seu máximo uso justamente durante a Idade Média<sup>3</sup>, se mais não fosse, para desse modo poder caracterizar a própria Escolástica. Na verdade, boa parte deste movimento intelectual era fundado no dito género o qual, por seu turno, era muito utilizado em torno de obras de autores, ao tempo tidos como detentores de mérito apreciável.

De facto, nas universidades de então, o ensino era baseado nos comentários realizados sobre vários textos considerados fundamentais por, reconhecidamente, os seus conteúdos possuírem, não só interesse filosófico, mas também valia pedagógica, sem prejuízo de os comentadores emitirem interpretações de cunho pessoal. É que, reconhecer a autoridade de um texto e assumi-lo como modelo e guia de ensino

---

<sup>1</sup> -MONDI, Battista, *Introduzione a Commento ai nomi Divini di Dionigi*, Volume I, Capitoli 1-4, p.29;

<sup>2</sup> - *Idem*, das pp. 333 à 357, e da 369 à 377;

<sup>3</sup> - *Ibidem*, p.36 e seg.

significava, para o *magister*, comungar das mesmas posições de quem o havia escrito<sup>4</sup>. Por isso, quem comentava Aristóteles, Boécio, o Pseudo Dionísio Areopagita, Avicena, ou Pietro Lombardo, por exemplo, assumia o acto, como se o ensinamento a transmitir fosse da sua própria lavra.

Não obstante, importa destacar a determinação de frei-Tomás relativamente ao duríssimo trabalho que lhe fora proposto pelo seu mentor, Alberto Magno, enquanto comentador da obra do Areopagita, nos seus 24 anos, quando ainda permanecia na Universidade de Colónia. Sem que, à partida, obviamente, disso se tivesse podido dar conta, Aquino chamou a si a árdua tarefa de assimilar o pensamento místico-metafísico<sup>5</sup> (a expressão é sua) contido na linguagem do texto do monge bizantino, reduzindo as efabulações nele contidas a categorias mentais homogéneas e minimamente compreensíveis aos monges que tinham de o estudar nas universidades de então. Paralelamente, não se coibiu de tecer considerações de sua autoria acerca do que o seu confrade grego escrevera.

Ora, o que caracteriza o comentário medieval é a busca da *intentio auctoris* com a diferença, comparativamente à exegese moderna, de o comentador medieval fazer implicitamente seu o conteúdo do texto e, caso não o aceitasse, afirmá-lo expressamente. Na circunstância de ele se confrontar com uma declarada divergência entre o seu pensamento e o do autor a comentar, então, o comentário não se fazia; em vez disso, escreviam-se opúsculos, monografias, ou libelos. Por conseguinte, é admissível concluir que não existiam comentários polémicos. No caso do conteúdo do texto ser aceite como seu, por parte do comentador eram, então, usados sinónimos deste género literário como sentenças, paráfrases, exposições, vocábulos que aludiam ao trabalho de explicação conceptual que se pretendia levar a cabo.

Enquanto comentador de *Os Nomes Divinos*, Tomás de Aquino não dá mostras de proceder da mesma maneira que procedia a esmagadora maioria dos seus congéneres

---

<sup>4</sup> - MONDI, Battista, *Introduzione a Commento ai nomi Divini di Dionigi*, Vol. I, Cap.1-4, p.36 e seg;

<sup>5</sup> - *Idem*, p.39.

medievais, preferindo fazer uso da sua liberdade de pensamento. Tecnicamente falando, o comentário de Aquino a *Os Nomes Divinos* é de idêntico género ao que, muito mais tarde, foi por ele empregue nos que escreveu sobre as obras de Aristóteles que estudara na Universidade de Paris, quando tinha já a seu cargo a cátedra de Teologia. Trata-se, literalmente, de um comentário, e não de uma paráfrase inspirada no texto dionisiano; está-se, portanto, face a uma análise literal detalhada e compacta, que vai ao ponto de estudar o simples vocábulo<sup>6</sup>. Como consequência da aplicação deste método, que Aquino parece levar conscientemente por diante, assiste-se ao estilhaçamento do texto, ao mesmo tempo que ele aparenta querer descobrir um suposto plano lógico coerente que o sustente.

Numa primeira leitura, cremos não constituir novidade o tom dominante de louvor e glorificação de Deus a que o mencionado autor recorre, tom ao qual o próprio Tomás de Aquino não deixará de ser crítico, como adiante se constatará, embora não lhe seja indiferente, obviamente. Esta assunção clara de autonomia intelectual não surpreende, se tivermos presente a dimensão aristotélica do seu modo de pensar, de ver o mundo e de entender as coisas de Deus, factor que nele se terá tornado estruturante e que o terá marcado decisivamente desde as suas 15 tenras Primaveras, ao ser forçado a deixar os monges beneditinos do Montecassino - a quem os seus pais o haviam entregue com apenas 5 anos, para abraçar a vida eclesiástica - para ingressar na abadia de Nápoles. É justamente esta circunstância que lhe permitirá iniciar-se nos primeiros estudos da lógica e da metafísica de Aristóteles, “sob a direção de dois excelentes mestres, Martino di Dacia e Pietro di Hibernia”<sup>7</sup>. Dir-se-ia até, ter sido essa mesma particularidade que, pouco a pouco, lhe possibilitaria ir criando as condições de autoformação e fundir, transparente e corajosamente, no mais fundo de si, a dimensão mística<sup>8</sup> bebida da obra do Areopagita, com a aristotélica, fazendo dele o ser genial e ímpar em que haveria de se tornar. Contudo, nunca será demais ter presente que esta realidade não impediu Tomás

---

<sup>6</sup> - MONDI, Battista, *Introduzione a Commento ai nomi Divini di Dionigi*, Vol. I, Cap. 1-4, p.37;

<sup>7</sup> - *Idem*, p.28;

<sup>8</sup> - *Ibidem*, das pp.7 a 10.

de Aquino de passar por arrasadoras amarguras e ser alvo de acusações de traição pelo facto de, apenas movido pela ideia de aprofundar o conhecimento das raízes do espiritualismo cristão, recorrer a instrumentos intelectivos que lhe abrissem o caminho a uma aproximação mais racional e compreensível da Verdade e de Deus. O seu “pecado mortal” foi ter abraçado as ideias de um filósofo que gente de reconhecida influência social, clerical e até académica, considerava abertamente como pagão, alguns deles seus irmãos de votos.

Tenha-se em conta que, ao tempo, esses personagens eram os arautos da dogmática cultura dominante, confinada que estava aos restritos círculos das universidades e aos da própria Igreja Católica. Testemunhos vivos desse padrão eram, a título de exemplo, apenas, figuras como Boaventura de Bagnoregio, assumido opositor e rival de Aquino, escolástico agostiniano que nutria por Aristóteles um proverbial ódio de estimação; Anselmo de Aosta, que defendia que “a ideia da não existência de Deus era inconcebível”; ou ainda João Damasceno, para quem “o conhecimento de Deus era, naturalmente, inato ao homem”.

### – Do entendimento sobre o belo em Tomás de Aquino

Que leitura se crê ser a que o grande filósofo da Baixa Idade Média preconiza, no que diz respeito ao belo? À primeira impressão, não será excessivo concluir não ter ele dado particular importância àquela crucial relação sintónica de deleite estético a que anteriormente aludimos, muito embora a não tenho negado. Para o filósofo dominicano, fundamental para que algo fosse, reconhecidamente, possuidor de beleza, era o sentido da visão, a *visio*, elemento privilegiado com que a Natureza nos dotou e o mais apto a captar a proporção devida, por via do qual se dinamizariam as nossas sensibilidade e capacidade intelectual para aceder ao conhecimento<sup>9</sup>, forma de entendimento que consubstancia o acto de conhecer em si mesmo, o qual se encontra implicitamente contido no objeto que se contempla e que se categoriza como belo. Compreende-se,

---

<sup>9</sup> - GHISALBERTO, Alessandro, “Bellezza e verità - per una rilettura dei trascendentali in Tommaso d’Aquino”, in *Teologia e filosofia*, Editora Glossa 2008, artigo publicado pp. 45-57.

pois, que, aquelas faculdades, uma vez estimuladas pelo sentido da visão, estariam na base do desencadeamento da sensação de agrado, de deleite estético, que permitiriam ao observador qualificar o que vê como belo, ideia por si (e a seu mui próprio modo), previamente interiorizada e em sintonia com o que de idiossincrático o singularizava.

Registe-se, a propósito, que o mais fiel seguidor de Francisco Caldeira Cabral, Gonçalo Ribeiro Telles<sup>10</sup>, recorre à *Suma Teológica* de Aquino para nos lembrar que o intelectual dominicano, para considerar «qualquer coisa como bela, teria de possuir os três atributos: claridade, integridade e ordem» concluindo: «se estes requisitos forem atributos de uma paisagem, pode-se considerar esta como bela».

Não obstante, na explanação acerca do que pensa e sente no tocante ao que a ideia de beleza lhe parece inspirar, Tomás de Aquino defende com toda a clareza que,<sup>11</sup> «quanto ao belo, ele se refere à faculdade do conhecimento, pois diz-se belo aquilo que agrada ao olhar. Eis por que o belo consiste numa justa proporção, pois os sentidos se deleitam em coisas bem proporcionadas, como nas semelhantes a si, uma vez que o sentido, como toda faculdade cognitiva, é uma certa razão. E como o conhecimento se realiza por assimilação, e a semelhança se refere à forma, o belo, propriamente, pertence à razão de causa formal».

Da definição que lhe dá («diz-se belo aquilo que agrada ao olhar»), Tomás de Aquino destaca, portanto, o facto de a beleza ser algo que interessa, em particular, à faculdade cognoscitiva. É claro que a forma (sendo por ela que as coisas são o que são) se afigura constituir o cerne do fundamento teórico a que Aquino recorre para expor o que o tema belo lhe suscita. Curiosamente, não deixa de se sintonizar com a perspetiva escolástica no que ao *turpes* concerne dado que, segundo Umberto Eco<sup>12</sup>, “o gosto

---

<sup>10</sup> - PESSOA, Fernando Santos, *Gonçalo Ribeiro Telles-Textos escolhidos*, p.46;

<sup>11</sup> - *Suma Teológica de Tomás de Aquino*, Vol. I, I Parte, Questão 5, art.4,p.199 e seg;

(Pulchrum autem respicit vim cognoscitivam: pulchra enim dicuntur quae visa placent. Unde pulchrum in debita proportione consistit: quia sensus delectatur in rebus debite proportionatis, sicut in sibi similibus; nam et sensus ratio quae- dam est, et omnis virtus cognoscitiva. Et quia cognitio fit per assimilationem, similitudo au- tem respicit formam, pulchrum proprie pertinet ad rationem causae formalis.);

<sup>12</sup> - ECO, Umberto, *Arte e bellezza nell'estetica medievale*, pp.40 - 42.

corrente do homem medieval era povoado de seres portentosos e de monstros”, além de que, “a variedade acrescenta beleza ao Universo e, portanto, as coisas que parecem desagradáveis são necessárias à ordem universal, monstros incluídos”.

### **– Da função crucial do olhar na apreensão do belo**

De facto, relativamente à racionalização do belo, uma vez que “diz-se belo tudo o que agrada ao olhar”<sup>13</sup>, a abordagem torna-se mais exigente e profunda, uma vez que ela implica a intervenção direta do mais importante dos sentidos com que a Natureza dotou o ser humano, a visão, palavra-chave a ter em conta pelo papel crucial que lhe cabe na sua relação com o mundo do sensível. Na realidade, é pelo impacto que a observação do objeto visto opera no sujeito observador, que se desencadeia todo o processo envolvendo as suas sensibilidade e capacidade cognoscitiva. Por seu turno, estas estarão na base do desencadeamento da sensação de agrado, ou deleite estético, se se preferir, que permite ao mencionado sujeito qualificar o que vê como belo, presumindo-se ter o perfil da ideia de belo, por ele, sido previamente interiorizado e em sintonia com tudo o que de idiossincrático o caracterizava.

É claro que não é apenas o visível que nos permite aceder ao que é belo, como wjá não o era nos tempos, tanto do Areopagita, como nos de Aquino. O audível, também, é certo, embora (ao que aparenta) sem ter merecido especial atenção da sua parte, face a essa particularidade, ao contrário do seu “compagnon de route” Antonio Vivaldi, quatrocentos e cinquenta anos mais tarde, tão incansavelmente produtivo no campo da música, quanto ele no da literatura de cunho religioso.

Tenha-se em conta que é o próprio Tomás de Aquino quem nos esclarece, convincentemente, aliás, acerca da função nuclear do sentido da visão o qual constitui, de entre todos, o mais importante em toda dinâmica do processo de apreensão cognitiva. Diz-nos ele: “deve dizer-se que o belo é idêntico ao bem mas possui uma diferença de

---

<sup>13</sup> - *Suma Teológica de Tomás de Aquino*, Vol.I, Quest.5, art.4,p.199 (pulchra enim dicuntur quae visa placent.).

razão. De facto, sendo o bem o que todos desejam, é de sua razão (natureza, quanto a nós) acalmar o apetite”<sup>14</sup>.

Ora, de que falamos, quando nos referimos a «processo de apreensão cognoscitiva»? É à teoria filosófica do conhecimento que aludimos, ou, gnosiologia, se se preferir, uma das mais complexas que, desde os seus primórdios, a história da filosofia regista, dado ser bastante heterogéneo o conjunto dos problemas que envolve<sup>15</sup>. Como será de admitir, não é nossa pretensão aprofundar o tema, por diversas ordens de razões. Em todo o caso, procuraremos abordá-lo de modo a alcançarmos uma noção, tanto quanto possível, esclarecedora, acerca do que consiste o dito processo.

Deste modo, tendo em atenção a importância das ideias de Aristóteles na formação do próprio pensamento de Tomás de Aquino as quais, no que ao conhecimento diz respeito, percorreram a filosofia medieval, é de admitir que o monge dominicano as tenha igualmente abraçado. Para o estagirita, o protótipo do conhecimento é o enunciado científico<sup>16</sup>, ou seja, o objeto do conhecimento não são as coisas em si mas, sim, as relações decorrentes do uso que os seres humanos delas fazem; por outras palavras, os factos. Assim, a finalidade do conhecimento por nós detido, enquanto agentes cognoscitivos por natureza, consiste em estar ele em conformidade com os factos. Deste modo, em nosso entender no que ao belo concerne, o pressuposto-base em que o mencionado «processo de apreensão cognoscitiva» assenta, está na qualidade da relação que o observador estabelece com «a coisa» por ele observada, acto no qual o sentido da visão é soberano, obviamente, consumando a dinâmica dualista gerada pelo binómio «sujeito *versus* objeto», sendo que, um não existe sem o outro.

E frei-Tomás prossegue, afirmando: «ao passo que é da razão do belo acalmar o apetite com sua vista, ou conhecimento. Por isso referem-se principalmente ao belo os

---

<sup>14</sup> - *Suma Teológica de Tomás de Aquino*, Vol.III, Secção I, Parte II, Quest.27, art.1, p.344;

(dicendum quod pulchrum est idem bono, sola ratione differens. Cum enim bonum sit quod omnia appetunt, de ratione boni est quod in eo quietetur appetitus.);

<sup>15</sup> - *Enciclopedia Garzanti di Filosofia*, p.444 e 445;

<sup>16</sup> - *Idem*.

sentidos mais cognoscitivos, a saber, a vista e o ouvido, que servem à razão. Assim, dizemos, belas vistas e belos sons. Ao contrário, com respeito aos sensíveis dos outros sentidos não usamos a palavra beleza, pois não dizemos belos sabores, nem belos odores. Fica claro, pois, que o belo acrescenta ao bem uma certa ordem à potência cognoscitiva, razão pela qual o bem se chama o que agrada de modo absoluto ao apetite, e belo aquilo cuja apreensão agrada<sup>17</sup>».

De certo modo retomando o que anteriormente se abordou, observemos a seguinte afirmação de Aquino: «de facto, sendo o bem o que todos desejam, é de sua razão acalmar o apetite». Assim sendo, cremos que não será de excluir a ideia de que, bem, abarque, tanto aquilo que mais se identifica com o prazer, no sentido mais literal da expressão, quanto o que se identifica com a nobre virtude de bem-querer/bem-fazer. Postas as coisas nestes termos, cremos ser razoável a nossa interpretação de que, nos tempos do *Doctor Angelicus*, o termo “apetite” não conter uma carga sensorial tão forte como a que lhe é atribuída nos nossos dias, e se referisse, preferencialmente, a desejo, ou vontade, por exemplo. De qualquer modo, quando se trata de «acalmar o apetite», expressão que tem implícito “o movimento” cuja gênese residirá, «em potência», no mencionado desejo/vontade, como atrás se destacou, o que quer que o acalme traduzir-se-á “em acto”, trate-se isso de algo, mais ou menos sensorial, ou de algo, mais ou menos virtuoso.

Curiosamente, «acalmar o apetite» é também a expressão utilizada por Tomás de Aquino para a catalogar como «razão do belo», muito embora em potência o dito apetite resida no olhar/visão, e, em menor medida, na audição; donde, “belas vistas” e “belos sons”, o que contrasta com os sentidos menores, não sendo estes merecedores de tal epíteto. Em todo o caso, realce-se o facto de o princípio do deleite estético ser fulcral

---

<sup>17</sup> - *Suma Teológica de Tomás de Aquino*, Vol.III, Secção I, Parte II, Quest.27, art.1, p.344 (de ratione bani est quod in e o quietetur appetitus: sed ad rationem pulchri pertinet quod in eius aspectu seu cognitione quietetur appetitus . Unde et illi sensus praecipue respiciunt pulchrum, qui maxime cognoscitivi sunt, scilicet visus et auditus rationi deservientes: dicimus enim pulchra visibilia et pulchros sonos. In sensibilibus autem aliorum sensuum, non utimur nomine pulchritudinis: non enim dicimus pulchros sapesores aut odores. Et sic patet quod pulchrum addit supra bonum, quendam ordinem ad vim cognoscitivam: ita quod bonum dicatur id quod simpliciter complacet appetitui ; pulchrum autem dicatur id cuius ipsa apprehensio placet.)

nesta diferenciação, por residir na dimensão cognoscitiva própria do observador que apenas o olhar/visão, privilegiadamente, lhe proporciona.

Nesta linha de raciocínio acrescenta Aquino: «Quanto ao belo, ele se refere à faculdade do conhecimento, pois diz-se belo aquilo que agrada ao olhar. Eis por que o belo consiste numa justa proporção, pois os sentidos se deleitam em coisas bem proporcionadas, como nas semelhantes a si, uma vez que o sentido, como toda faculdade cognitiva, é uma certa razão. E como o conhecimento se realiza por assimilação, e a semelhança se refere à forma, o belo, propriamente, pertence à razão de causa formal»<sup>18</sup>.

Ora, ao interpretar a passagem aqui destacada, cremos que o filósofo dominicano apenas pretende acentuar o lugar privilegiado que as nossas razão e sensibilidade reservam a tudo o que à beleza e ao belo diz respeito, valorizando as funções, quer da vertente do sensível de que o olhar se ocupa ao captar a forma do que quer que seja, quer a da razão, por esse mesmo olhar alimentada, a partir das quais elabora todos os elementos que lhe são facultados.

É de admitir que se está face a um reforço da valorização do sentido da visão, como se ele constituísse uma via privilegiada que se abre, sem reservas, à assimilação cognitiva (ou seja, ao modo como, intelectualmente, integra os elementos que o acto de olhar recolhe), qual faculdade ímpar que se sustenta numa capacidade inata em captar a harmonia das formas, o que está na origem do encantamento que as coisas bem proporcionadas oferecem a quem as observa. Além disso, o fundamento avançado pelo aquinate para se entender o processo de assimilação do conhecimento prima, tanto pela clareza, quanto pela simplicidade de exposição, o que não pode deixar de pertencer «à razão da causa formal», afinal, aquilo que constitui a «forma, o modelo, ou, também, a essência de uma coisa»<sup>19</sup>.

---

<sup>18</sup> *Suma Teológica de Tomás De Aquino*, Vol.II, Quest.5, art.4, p.199 (Pulchrum autem respicit vim cognoscitivam: pulchra enim dicuntur quae visa placent. Unde pulchrum in debita proportione consistit: quia sensus delectatur in rebus debite proportionatis, sicut in sibi similibus; nam et sensus ratio quae dam est, et omnis virtus cognoscitiva. Et quia cognitio fit per assimilationem, similitudo autem respicit formam, pulchrum proprie pertinet ad rationem causae formalis.);

<sup>19</sup> – *Enciclopedia Garzanti di Filosofia*, p.162.

A este propósito, importaria ter presente o facto de o *Doctor Communis* nos esclarecer que a ideia de visão obedece a dois sentidos, quando declara<sup>20</sup>: ««A respeito de um nome, convém que se fale de duas maneiras: segundo sua primeira origem e segundo seu uso. Assim o nome visão primeiramente foi dado para significar o acto do sentido da visão. Porém, por causa da veracidade e dignidade desse sentido, o nome foi estendido, pelo uso, a todo conhecimento dos outros sentidos, quando, por exemplo, se diz: vê como é saboroso, vê como é perfumado, vê como é tépido. Depois, foi estendido ao conhecimento intelectual, como se lê no Evangelho de Mateus: «Bem-aventurados os puros de coração, porque verão a Deus». Assim também acontece com o nome luz: primeiramente foi instituído para significar aquilo que faz claros os objetos ao sentido da visão, depois, por extensão, para significar tudo aquilo que faz claros os objetos de qualquer conhecimento. Assim, tomando-se luz na primeira significação, atribui-se metaforicamente às coisas espirituais, como ensinou Ambrósio. Ao tomar-se a luz, porém, na acepção usual, estendendo-a a todo esclarecimento, desse modo é atribuída propriamente às coisas espirituais»»<sup>21</sup>.

Como se constata, Tomás de Aquino, a pretexto de destacar a função extraordinária atribuída à visão em todo o processo de «recolha de informação» (para aplicar uma expressão cara aos tempos que correm no que toca à compreensão de tudo o que nos rodeia), não só enaltece e valoriza a dimensão espiritual desse processo recorrendo à luz como metáfora, mas também reconhece o papel insubstituível nele desempenhado pela dimensão material do que existe. Invocando, a propósito, Umberto Eco, «a *visio* estética

---

<sup>20</sup> – *Suma Teológica de Tomás De Aquino*, Vol.II, Quest.67, art.1,p.295/6 (dicendum quod de aliquo nomine dupliciter convenit loqui: uno modo, secundum primam eius impositionem; alio modo, secundum usum nominis. Sicut patet in nomine visionis, quod primo impositum est ad significandum actum sensus visus; sed propter dignitatem et certitudinem huius sensus, extensum est hoc nomen, secundum usum loquentium, ad omnem cognitionem aliorum sensuum (dicimus enim, Vide quomodo sapit, vel quomodo redolet, vel quomodo est calidum); et ulterius etiam ad cognitionem intellectus, secundum illud Mt 5,8: Beati mundo corde, quoniam ipsi Deum videbunt.);

<sup>21</sup> – *Suma Teológica de Tomás De Aquino*, Vol.II, Quest.67, art.1, p.295;

(Et similiter dicendum est de nomine lucis. Nam primo quidem est institutum ad significandum id quod facit manifestationem in sensu visus: postmodum autem extensum est ad significandum omne illud quod facit manifestationem secundum quamcumque cognitionem. Si ergo accipiatur nomen luminis secundum suam primam impositionem, metaphorice in spiritualibus dicitur, ut Ambrosius dicit\*. Si autem accipiatur secundum quod est in usu loquentium ad omnem manifestationem extensum, sic proprie in spiritualibus dicitur.).

de Tomás de Aquino é um acto de ajuizamento que implica composição e divisão, afirmação de uma relação entre partes e todo, o realçar da docilidade da matéria na forma, a consciência dos fins e da medida nos quais se ajustam»<sup>22</sup>.

### – De uma tríade sobre o belo enquanto expressão do divino

É esta convicção que nos domina quando, com atenção redobrada, se trata de apreciar o pensamento de Frei-Tomás no que ao belo diz respeito. Afinal, o que queremos significar com o título acima, prende-se com o que não se nos afigura exagerado denominar como «cânone tomista», de tal modo o monge dominicano explicita o carácter divinal entre “proporção”, “integridade” e “esplendor”, enquanto atributos, tanto característicos do belo, quanto do bem. Em todo o caso, atente-se ao significado de cada um deles.

A ideia de “proporção” remonta ao século V a.C. da Grécia de então, tendo como protagonista o escultor Policeto, a quem se atribui o mérito de ter solucionado o problema da figura atlética masculina esculpida em postura vertical, simulando um movimento que transmitia um ideal de ritmo estruturante<sup>23</sup>. Célebre na História da Arte, é o cânone que recebeu o seu nome. «A partir dele, e através da tradição de Vitruvius em *De Architectura* (séc. I a.C.), a antropometria clássica torna-se a base da teoria das proporções no Renascimento, bem como ponto de referência para todos os momentos diversamente clássicos ou classicistas, cuja busca de um equilíbrio harmónico das formas assume valor normativo. Na tratadística arquitectónica renascentista, o cânone da proporção modular estende-se às estruturas arquitectónicas dos edifícios e também à forma ideal de cidade, assumindo a figura humana o estatuto de módulo-base».<sup>24</sup> O cânone de Policeto terá tido enorme influência na época imperial romana, da qual a Idade Média foi herdeira direta; presumivelmente, Aquino tê-lo-á sido de igual modo. Neste quadro, afigura-se-nos ser esta a fonte para a função crucial por ele atribuído ao olhar na percepção do belo.

---

<sup>22</sup> - ECO, Umberto, *Arte e bellezza nell'estetica medievale*, p.167;

<sup>23</sup> - *Enciclopedia dell'Arte*, p.963;

<sup>24</sup> - *Enciclopedia dell'Arte*, p.995.

A “proporção” traduz, enfim, uma relação de medida de dois elementos entre si e entre estes e as diversas partes de um dado conjunto, estudado de modo a produzir um efeito de harmonia a quem observa. Diz-nos Frei-Tomás, a propósito<sup>25</sup>: «« como se pode deduzir das palavras de Dionísio, à razão de belo, ou decoroso, concorrem o brilho e a proporção devida». Segundo Aquino, Deus é belo como «causa da harmonia e do brilho do universo». E prossegue na sua explanação: «a beleza do corpo consiste, pois, em ter o homem membros bem proporcionados, com certo brilho harmonioso de côr. Do mesmo modo, a beleza espiritual consiste em ter o homem comportamento e actividade bem equilibrados pelo esplendor espiritual da razão. Mas isso diz respeito à razão de honesto, que declaramos ser idêntico à de virtude, a qual regula todas as coisas humanas de acordo com a razão. Por isso, honesto é o mesmo que beleza espiritual, o que levou Agostinho a escrever: «Chamo honestidade a beleza intelectual, a que damos, propriamente, o nome de espiritual»<sup>26</sup>concluindo, depois: «Há muitas belezas visíveis, às quais cabe menos apropriadamente a denominação de honestas»<sup>27</sup>.

Evidentemente que o filósofo dominicano recorre à invocação do corpo humano, não só como exemplo mais próximo com o intuito de facilitar a compreensão do papel crucial que cabe à harmonia entre partes de um mesmo conjunto - o que constitui a essência da ideia de proporção - mas também por fidelidade ao cânone clássico grego definido por Policleto no séc. V a.C., como anteriormente se destacou. Todavia, Aquino não esquece a dimensão de transcendência que tem lugar no seio do próprio universo da matéria, a ela fazendo jus ao realçar, como vimos, a existência da “beleza espiritual”, a qual «consiste em ter o homem comportamento e atividade bem equilibrados pelo esplendor espiritual da razão», tal como naquela citação é referido.

---

<sup>25</sup>-*Suma Teológica de Tomás De Aquino*, Vol.VII, Quest.145, art.2, p228 (dicendum quod, sicut accipi potest ex verbis Dionysii, 4 cap. de Div. Nom, ad rationem pulchri, sive decori, concurrunt et claritas et debita proportio: dicit enim quod Deus dicitur pulcher sicut universorum consonantiae et claritatis causa.);

<sup>26</sup> - Idem, p228 e 229 (Honestatem voco intelligibilem pulchritudinem quam spiritualement nos proprie dicimus. Et postea subdit quod sunt multa pulchra visibilia, quae minus proprie honesta appellantur.);

<sup>27</sup> - *Ibidem*.

Eis-nos ante uma *sui generis* definição de ética que, inesperadamente, dir-se-ia, o «cânone tomista» em boa hora suscitou. No entanto, Frei-Tomás não se coibia de «negar que o belo pudesse ser considerado um transcendental, na medida em que tal epíteto não é extensivo a todo e qualquer ente mas, apenas àqueles que cuja apreensão agrada, ou corresponda a determinados critérios de plenitude, ou perfeição»<sup>28</sup>.

Implícita e claramente inerente ao próprio bem a que o *Doctor Ecclesiae* alude (palavras suas atrás registadas), estará a «virtude, a qual regula todas as coisas humanas de acordo com a razão». A «integridade», no que ao bem respeita é, pois, o atributo revelador da solidez de princípios morais e de retidão de conduta, garante da mais elevada nobreza de carácter, sem a qual esse mesmo bem não se imporá como máxima expressão da virtude ela mesma, ante a qual o belo, uma vez mais, se afirma em toda a sua resplandecência. Curiosamente, Gonçalo Ribeiro Telles<sup>29</sup> recorre a Tomás de Aquino para salientar a importância da integridade no contexto da ideia de paisagem, lembrando que, segundo o *Doctor Angelicus*, «*integritas sive perfectio*», afirmando que «são grandiosas, portanto, apenas aquelas coisas que, por natureza, têm de ser grandes dentro da integridade e perfeição da substância».

Uma consideração última impõe-se no que ao «esplendor» diz respeito, atributo que, em Tomás de Aquino, assume um significado distinto do que preconizavam os neoplatónicos, defensores da ideia segundo a qual, «a luz desce do alto e se difunde criativamente nas coisas, por ventura até, nelas se constitui e solidifica»,<sup>30</sup> segundo Umberto Eco. A *claritas* de Aquino, pelo contrário, «surge de baixo, do íntimo das coisas, como auto manifestação da forma organizadora». E mais adiante, o grande semiólogo transalpino acrescenta: «A coisa está ontologicamente disposta a ser considerada bela mas, para ser detentora dessa propriedade, sucede que o sujeito que dela desfruta, realizando a proporção entre conhecedor e conhecido e relevando todas as conveniências do organismo pleno, goze o resplandecer de toda esta perfeição inteira e livremente diante

---

<sup>28</sup> - *Enciclopedia Garzanti di Filosofia*, p.98;

<sup>29</sup> - PESSOA, Fernando Santos, *Gonçalo Ribeiro Telles-Textos escolhidos*, p.44;

<sup>30</sup> - ECO, Umberto, *Arte e bellezza nell'estetica medievale*, p.166.

dos seus olhos. A *claritas* é ontologicamente claridade em si mesma, tornando-se claridade estética quando uma visão se especifica sobre ela»<sup>31</sup>.

Por fim, atente-se ao significado de «esplendor». Enquanto expressão de maravilhamento espiritual decorrente da fusão entre a harmoniosa «proporção» e a fortaleza da «integridade» que a sustenta, «o esplendor» é essa simbiose única que acorda em nós o brilho, a “luz” que nos faz estremecer do encantamento ante aquilo que, de belo, do objeto emana, para que o dito cânone plenamente se afirme. Neste quadro, é de admitir ser agora mais compreensível a identidade entre belo e bem de que Tomás de Aquino nos fala.

Observe-se ainda como, desde logo, o filósofo dominicano atribui a autoria primordial de tudo quanto de belo existe ao seu Deus, que, como anteriormente se observou, «é belo por ser a causa (primeira e absoluta, dir-se-ia) da harmonia e brilho do Universo».

#### **- De uma «estética medieval» para uma «estética do divino»**

Até que ponto será admissível o percurso teórico que o título acima insinua, eis o que nos propomos, desta feita. Em linha com tal propósito, creio o autor ser oportuno recordar a visão do universo que predominava na Idade média e que Umberto Eco registou nos seguintes termos<sup>32</sup>: «Os medievais falavam continuamente da beleza de todo o ser. Se a história desta época é plena de sombras e contradições, a imagem do universo que transparece dos escritos dos seus teóricos é repleta de luz e optimismo».

Este breve comentário por parte daquele que, provavelmente, terá sido o mais brilhante intelectual europeu de toda a segunda metade do séc. XX, até à data da sua morte, não deixa margem para dúvidas. De facto, em nome do rigor histórico e com toda a propriedade, atendendo a que o conceito em causa apenas surge no séc. XVIII pela mão de A.G. Baumgarten, como se sabe, questionámo-nos se faria sentido

---

<sup>31</sup> - ECO, Umberto, *Arte e bellezza nell'estetica medievale*, p.43 e seg.;

<sup>32</sup> - *Idem*, p.43 e seg..

referirmo-nos a uma “teoria estética”, entendida como discurso fundado em conceitos filosóficos que se ocupam de fenómenos que dizem respeito à beleza, ou à arte, aplicável à Idade Média. Com o mesmo fundamento, constituiria algo aparentemente anacrónico admitirmos a existência de uma “estética medieval”, se nos movesse a intenção de nos pronunciarmos, ou de interpretarmos uma obra desta época histórica que, segundo os nossos padrões, fosse merecedora de ser considerada bela. Não obstante, afigura-se-nos razoável que, numa apreciação séria sobre um qualquer assunto com ligação à temática em causa, seja legítimo o uso do termo «estética», sempre que tal se justifique apropriado. Afinal, a História da Arte consagrou a existência de uma «estética clássica», a de uma «estética renascentista», ou a de uma «estética barroca», por exemplo, muito depois de Baumgarten ter criado o conceito. No que à Idade Média respeita, dir-se-ia bastar o reconhecimento da grandeza e pujança da arquitectura gótica, quiçá a mais esplendorosa expressão de uma arte caracteristicamente medieval, para que a sua estética se enfileirasse, por direito próprio, ao nível das que atrás se destacaram. As catedrais da época aí estão para testemunhar o deleite que a sua contemplação proporciona, sendo ele ampla e universalmente aceite, embora nos tempos e no ambiente social em que Aquino vivia, essa vertente do belo não parecesse despertar atenção particularmente relevante. No entanto, afigura-se-nos que seria de todo injusto concluir que o grande filósofo dominicano negava a existência de prazer no tocante ao que considerava belo.

No que a uma «estética do divino» concerne, estamos em crer que o génio discursivo de que Aquino deu variadíssimas provas ao longo da sua extensa e profunda obra teológico-filosófica, é testemunho de valor inestimável do contributo por si dado para a sua “materialização”, principalmente atendendo ao teor dos comentários por si tecidos em torno do belo, a partir de *Os Nomes Divinos*. Em todo o caso, não se pode deixar de reconhecer os notáveis aportes para esse mesmo fim (e que a História em boa hora registou) trazidos por teóricos, místicos, teólogos e eclesiásticos da estirpe intelectual e filosófica de Agostinho de Hipona, Alexander Neckman, Ugo de Fouilloy,

Bernardo de Claraval, Isidoro de Sevilha, Alexander de Halles, Roberto Grossatesta, Guilherme de Auxerre ou John Scott Eriugena, entre muitos outros<sup>33</sup>.

Das reflexões de que o Aquinate é autor assumido na edificação desta estética, cremos serem merecedoras de destaque algumas de entre as muitas tecidas nos seus *Comentários* em torno do belo divinal, não só a partir dos textos que o cristão neoplatónico grego immortalizou naquela sua obra, principalmente, mas também de entre os que constam da sua *Suma Teológica*<sup>34</sup>. Observemos, pois: «Deus é belo como causa da harmonia e do brilho do universo». Afirma, também, que, «à razão de belo, ou decoroso, concorrem o brilho e a proporção devida». No que aparenta ser um esforço seu em ordem a uma mais fácil compreensão quanto ao que pensa e sente, Tomás de Aquino adianta<sup>35</sup>: «« A beleza do corpo consiste, pois, em ter o homem membros bem proporcionados, com certo brilho harmonioso de côr. Do mesmo modo, a beleza espiritual consiste em ter o homem comportamento e atividade bem equilibrados pelo esplendor espiritual da razão. Mas isso diz respeito à razão de honesto, que declara idêntico à virtude, a qual regula todas as coisas humanas de acordo com a razão. Por isso, o honesto é o mesmo que a beleza espiritual, o que levou Agostinho a escrever: «Chamo honestidade a beleza intelectual, a que damos, propriamente, o nome de espiritual», acrescentando depois: Há muitas belezas visíveis, às quais cabe menos apropriadamente a denominação de honestas»»<sup>36</sup>.

Estamos, pois, face a um abordagem das naturezas material e espiritual que o belo contém, para tanto recorrendo a exemplos, respetivamente, ao corpo do homem e à

---

<sup>33</sup> - ECO, Umberto, *Arte e bellezza nell'estética medievale*, p.43 e seg.;

<sup>34</sup> - *Suma Teológica*, Vol. VII, Secção II, II Parte, Questão 145, pág. 228 e seg.(Deus dicitur pulcher sicut universorum consonantiae et claritatis causa.);

<sup>35</sup> *Idem* (Unde pulchritudo corporis in hoc consistit quod homo habeat membra corporis bene proportionata, cum quadam debiti coloris claritate. Et similiter pulchritudo spiritualis in hoc consistit quod conversatio hominis, sive actio eius, sit bene proportionata secundum spiritualem rationis claritatem. Hoc autem pertinet ad rationem honesti, quod diximus idem esse virtuti, quae secundum rationem moderatur omnes res humanas. Et ideo honestum est idem spirituali decori. Unde Augustinus dicit, in libro Octoginta trium Quaest \*: Honestatem voco intelligibilem pulchritudine quam spiritualem nos proprie dicimus.);

<sup>36</sup> - Et postea subdistinguntur multa pulchra visibilia, quae minus proprie honesta appellantur (*Suma Teológica*, Vol. VII, Secção II, II Parte, Questão 145, art.2, pág. 228 e seg.).

honestidade, esplendor espiritual da razão. Ao mesmo tempo, a causa das causas é focalizada em Deus, também Ele, «causa da harmonia e do brilho do universo», motivo pelo qual Aquino O considera belo, tal como se assinalou anteriormente.

Nesta reflexão, o filósofo dominicano vai ainda mais longe, pois, considera dois níveis de beleza: o da atração e do prazer sensível, por um lado, e o da atração e do prazer espiritual, ou racional, por outro. A *pulchritudo spiritualis* é, por conseguinte, atributo do honesto, reconhecido no Homem relativamente ao que nele é assinalado como em conformidade com a ordem da razão, secundando a ordem estabelecida naquilo que é específico da natureza humana: a racionalidade.

Destaque-se, também, a importância que a definição de honesto mereceu, por parte de Aquino, nesta sua reflexão: «aquilo que, por si só, é objeto de apetite racional, o qual tende a desejar aquilo que é conveniente pela razão», diferentemente da ideia de delectável, ou aprazível, que é tido como «aquilo que, por si só, é desejado pelo apetite dos sentidos», e que nisso se desfaz. No entanto, chama-nos ele a atenção para que, no delectável, existem dois níveis<sup>37</sup>: um que se fica pelos sentidos e não se sintoniza com os ditames da razão e que, necessariamente, não se inclui no âmbito do deleite condizente com a natureza humana; outro, que congrega o que não se situa a nível dos sentidos, mas que se afirma no domínio da racionalidade e que, portanto, envolve integralmente a natureza do ser humano.

O honesto é neste âmbito que se situa, porque acrescenta ao carácter da desejabilidade uma dimensão de excelência de honra, revestindo-se de beleza espiritual por força da sintonia que estabelece com a natureza racional do Homem. Essa honestidade reflete-se, por exemplo, na prática do agir segundo a virtude, que é delectável para o ser humano e, como afirma Aquino, recordando Aristóteles: «O honesto tem o mesmo objeto que o útil e delectável, mas se distingue deles pela razão, pois uma coisa é dita honesta quando possui certo brilho, por estar de acordo com os

---

<sup>37</sup> - *Suma Teológica de Tomás de Aquino*, Vol.VII, Secção II, II Parte, Quest. 145, art.3, p.230.

princípios da razão. Ora, o que está conforme à razão é, por natureza, conveniente ao homem. E todo ser, naturalmente, se compraz com o que lhe convém. Assim, o honesto é, naturalmente, prazeroso para o homem, como o prova o Filósofo, a propósito dos actos virtuosos»<sup>38</sup>.

Assim, quando Tomás de Aquino afirma que *pulchrum est id quod visum placet*, sem dúvida que o princípio do prazer surge explicitamente reconhecido. Contudo, da mesma maneira que, a propósito das substâncias corpóreas<sup>39</sup>, ele defende que «o objeto próprio e imediato do intelecto humano, nesta vida, é a essência das coisas materiais», acrescenta que, «é através da experiência sensível que a mente humana reconhece os objetos concretos e contacta a matéria». Seguro do que afirma sem rodeios ao eleger a visão como o mais importante instrumento de que o ser humano dispõe para vivenciar essa mesma experiência (e tendo ele, presumivelmente, o desapego da matéria como princípio nuclear da sua conduta de vida, face à sua condição de monge, toda ela votada ao serviço do seu Deus), Tomás de Aquino faz com que sejamos tentados a vislumbrar nessa escolha uma dimensão de profundo sentido espiritual, razão pela qual se admite que o prazer se torne interiormente desmaterializado, associando-o a uma beleza, cuja essência não pode deixar de habitar a transcendência.

Em todo o caso, registre-se que o recurso a este sentido da visão estará intimamente relacionado com a «forma» - elemento constitutivo da substância, segundo Aristóteles<sup>40</sup>, no contexto do hilemorfismo, de que a «matéria» é, também, parte integrante - e com o impacto que ela proporciona em quem a observa quando se trata de contemplar e desfrutar o que é belo. A «forma» é, pois, fonte privilegiada de prazer, experiência na qual a vertente cognitiva marca forte presença, mesmo que se trate de

---

<sup>38</sup> - *Suma Teológica de Tomás de Aquino*, Vol.VII, Secção II, Parte II, Quest.145, pág.228 e seg. (honestum concurrat in idem subiectum cum utili et delectabili, a quibus tamen differt ratione. Dicitur enim aliquid honestum, sicut dictum est, in quantum habet quendam decorem ex ordinatione rationis. Hoc autem quod est secundum rationem ordinatum, est naturaliter conveniens homini. Unumquodque autem naturaliter delectatur in suo convenienti. Et ideo honestum est naturaliter homini delectabile: sicut de operatione virtutis.);

<sup>39</sup> - FORMENT, Eudaldo, *São Tomás de Aquino – Vida, Pensamento e Obra*, p.43 e seg.;

<sup>40</sup> - ARISTÓTELES, *Metafísica*, Livro I, 987b e seg..

tocar o que nos transcende. Nestas circunstâncias, é de crer que aquela postura de Aquino não seja estranha à tradição aristotélica no que à contemplação respeita, a qual se refere a uma pura aproximação da realidade, desinteressada e independente de todo e qualquer fim prático da vida ativa.

Pela mesma ordem de razões, tudo indica que, inspirado na ideia proposta pelo estagirita na sua *Ética a Nicómaco*, ao defender que, «bem é aquilo para o qual tudo tende»<sup>41</sup>, Tomás de Aquino põe em destaque que esta asserção não faz jus à essência do bem pois, segundo ele, o bom (enquanto bem) «é, antes, determinado pelos seus efeitos». A afirmação não evidencia que «algo é bom por que é desejado» mas, antes, que «algo é desejado porque é bom». O mesmo acontecerá relativamente ao belo, ou seja, «algo não se torna belo porque o amamos», mas, sim, «amamos algo porque é belo». (marginalmente, e a propósito do que, *ad contrarium*, defende Aquino, permita-se-nos recordar o sábio ditado muito nosso que nos diz que, «quem feio ama bonito lhe parece» ...)

Terá sido esta pureza de vida interior, provavelmente, a levar Umberto Eco, com acutilante capacidade indagativa, assinale-se, a identificar uma visão estética coerente no pensamento de Aquino, ideia que, admitindo-se estranha ao próprio, traduz com fidelidade, tanto a sua profunda inteligência, quanto a apurada sensibilidade para transmitir com notável clareza o que o belo lhe inspira.

Para o semiólogo italiano, a coerência do *Doctor Communis* sustenta aquilo que ele classifica como o sistema estético tomista<sup>42</sup>, o qual tenderia a demonstrar, por um lado, «a compatibilidade estética de toda a forma, terrena, sobrenatural, natural e artística»; por outro, «a prioridade da substância natural sobre as artificiais e, por conseguinte, das criações divinas sobre as produções humanas, uma vez que, estas últimas são belas

---

<sup>41</sup> - *Suma Teológica de Tomás de Aquino*, Vol.I, Quest.5, art.4, p.199 (est enim bonum quod omnia appetunt.);

<sup>42</sup> - ECO, Umberto, *Il Problema estetico in Tommaso d'Aquino*, p. 37.

apenas no sentido superficial e, ao seu valor estético falta, por assim dizer, espessura ontológica».

Nesta mesma linha de abordagem se pronuncia Angela Monachese afirmando: «não obstante a exiguidade das análises dedicadas à beleza, as enunciações tomasinas pressupõem uma visão sistémica do belo. Trata-se de uma compreensão clara e profunda da natureza da beleza e dos dinamismos gnosiológicos que a acompanham, muitas vezes implícita mas, não menos bastante real e eficaz. Tomás não se limita a herdar múltiplas tradições sobre a beleza mas, desenvolve-as mediante o seu aporte pessoal»<sup>43</sup>.

No fundo, também esta autora e estudiosa do tema em Tomás de Aquino, reconhece ser ele dotado de uma particular capacidade para, de forma sintética, expressar com clareza bastante, quer a essência do belo, quer o processo que conjuga as vertentes sensorial e cognitiva da sua interiorização em nós. É ainda Eco que, naquela já mencionada obra, argumenta em defesa da ideia que, a referência à visão, introduz um elemento subjetivista no discurso de forte pendor intelectual usado por Aquino relativamente à beleza, o qual poderia implicar a negação da componente transcendente nela existente. Cremos tratar-se esta de uma leitura um pouco forçada, da parte do saudoso e brilhante intelectual transalpino, pois, não nos parece que aquela dimensão subjetivista constitua uma ameaça ao que de transcendental (isto é, do que está para além do que é do domínio do fenoménico) a beleza possa conter, ou ser.

Ante uma perspectiva do belo como a que se retratou anteriormente procuremos, então, focar-nos “na busca de uma identidade entre o belo e o bem” preconizada pelo grande filósofo dominicano.

---

<sup>43</sup> - MONACHESE, Angela, *Tommaso d'Aquino e la Bellezza*, p.14.

## **- Em busca de uma identidade entre belo e bem**

### **– Das razões por que belo e bem se identificam**

Na sua *Suma Teológica*<sup>44</sup>, Tomás de Aquino explica-nos as razões pelas quais existe identidade entre o belo e o bem no mesmo sujeito, expressando-se nos seguintes termos: «o belo e o bem, no sujeito, são idênticos, pois estão fundados sobre o mesmo, a saber, sobre a forma. Por isso, o bem é louvado como belo. Mas diferem pela razão. O bem propriamente se refere ao apetite, pois o bem é aquilo para o qual tudo tende, e assim tem a razão de fim; pois o apetite é uma espécie de movimento rumo à coisa. Quanto ao belo, ele se refere à faculdade do conhecimento, pois diz-se belo aquilo que agrada ao olhar».

No que concerne ao sujeito acima mencionado, importaria indagar a quem se referirá Tomás de Aquino? Na nossa perspectiva, trata-se daquele que desfruta de uma sensação de deleite estético ao passar pela experiência de contemplar, apreciar, o que ele próprio considera belo; aquele que, ao ter passado por essa mesma experiência, sentiu haver ela despertado nele algo de mais profundo, de intelectualmente mais elevado, por ventura sublime, a ponto de tocar a sua sensibilidade de uma forma mais marcante e intensa, de lhe ter proporcionado algo de inexplicavelmente aprazível, de raro, mesmo, fazendo-o vivenciar um grau de intensidade emocional e intelectual a todos os títulos incomum.

Neste quadro, à primeira impressão afigura-se aceitável que belo e bem se identifiquem ao serem considerados em relação ao (mesmo) sujeito, e que este bem seja (por ele) louvado como belo. No entanto, é de admitir que uma leitura diferenciada aponte para um sujeito que não o observador, centrando-se, sim, no objeto observado, que não sofre as vicissitudes da volubilidade, não é suscetível de se impressionar, de acusar este ou aquele excesso emocional, de se deixar levar por sentimentos, que não tem pré-disposições para o que quer que seja, que não está à mercê de humores.

---

<sup>44</sup> *Suma Teológica de Tomás de Aquino*, Vol.I, Quest.5, art.4, p.199 (ergo dicendum quod pulchrum et bonum in subiecto quidem sunt idem, quia super eandem rem fundantur, scilicet super formam: et propter hoc, bonum laudatur ut pulchrum. Sed ratione differunt. Nam bonum proprie respicit appetitum: est enim bonum quod omnia appetunt. Et ideo habet rationem finis: nam appetitus est quasi quidam motus ad rem. Pulchrum autem respicit vim cognoscitivam: pulchra enim dicuntur quae visa placent.).

Nesta perspetiva, não se afigura exagerado reconhecer-se existir nele, objecto, esse algo que oferece a quem o observa a possibilidade de desfrutar de um sentimento de prazer que, mais aprofundadamente, toca a sua sensibilidade e o faça concluir que, «isso» é belo. E é belo porque essa experiência o fez sentir-se bem o que, em si mesmo, é bom. Por outras palavras, seria a coisa amada, e não o amador, o sujeito que concentra em si (devido à sua própria condição natural) os atributos de belo e de bem, que nele mesmo se identificam. Ante uma tal dicotomia, recorde-se o que realçámos no subcapítulo anterior (“De uma tríade sobre o belo enquanto expressão do divino”), no último parágrafo de uma brilhante frase de Umberto Eco<sup>45</sup>: «a *claritas* é ontologicamente claridade em si mesma, tornando-se claridade estética quando uma visão se especifica sobre ela».

Este ponto de vista encerrará uma reflexão estética característica de Aquino, que Angela Monachese<sup>46</sup> remete para um misto de perspetiva subjetivista que se conjugará, por um lado, com uma componente intelectual de fortes traços de intuicionismo, por outro, com uma compreensão eminentemente racional. De facto, se se transferir para o observador o protagonismo de concentrar em si a capacidade de o belo e o bem se identificarem, tendo em atenção, quer o uso inevitável do proverbial subjetivismo que situações similares impõem, quer a inconstância com que, intrinsecamente, a sua própria natureza o concebeu, não será apenas racionalmente que ambos diferem, como defende Aquino, mas também o próprio fundamento por que se identificam, a forma, é suscetível de se alterar.

### – Da identidade entre belo e bem no mesmo sujeito

Ora, para que a forma em relação ao sujeito - o observador - seja o fundamento comum ao belo e ao bem e permita, não só que ambos se identifiquem, mas também que “o bem seja louvado como belo”, então, o elemento fulcral que a tal dá origem apenas pode ser um: a *visio*. Porque, se, como observámos anteriormente, para Tomás de Aquino diz-se «belo aquilo que agrada ao olhar»<sup>47</sup>, então, é pela visão que «o bem, propriamente,

---

<sup>45</sup> - ECO, Umberto, *Arte e bellezza nell'estetica medievale*, p.166;

<sup>46</sup> - MONACHESE, Angela, *Tommaso D'Aquino e La Bellezza*, p. 20;

<sup>47</sup> - *Suma Teológica de Tomás de Aquino*, Vol.I, Quest.5, art.4, p.199.

se refere ao apetite, sendo o que todos os seres desejam»<sup>48</sup> Ora, se o «bem se refere ao apetite», «porque o apetite é como que um movimento rumo à coisa»<sup>49</sup> não pode este movimento deixar de prefigurar o impulso típico que o desejo incarna, fazendo a ponte entre a potência e o acto, cujo termo dará lugar à posse e desfrute plenos do objeto desejado; por outras palavras, ao deleite que esta experiência, no seu todo, proporciona ao observador.

Contudo, é ainda Aquino que nos chama a atenção para o facto de, «no deleitável, existirem dois níveis: um que se fica pelos sentidos e não se sintoniza com os ditames da razão e que, necessariamente, não se inclui no âmbito do deleite condizente com a natureza humana; outro, que congrega o que não se situa a nível dos sentidos, se afirma no domínio da racionalidade e que, portanto, envolve integralmente a natureza do ser humano»<sup>50</sup>.

Por conseguinte, cremos ser lógico tratar-se daquele deleite a que ele se refere, quando destaca ser o «apetite o que todos os seres desejam» e não «ao que tem uma excelência digna de honra, pela sua beleza espiritual» e que se afirma no domínio da racionalidade. Assim sendo, cremos que aquele bem - por resultar da percepção daquilo que se refere ao apetite - não se coaduna com a nobreza de que todo o bem se reveste, seja no que aos sentimentos que o impulsionam concerne, seja no que, ética e moralmente, a sua prática espelha. Porém, as coisas mudam de figura quando aquele bem é entendido como o do primeiro nível atrás destacado por Aquino e «que se fica pelos sentidos e não se sintoniza com os ditames da razão e que, necessariamente, não se inclui no âmbito do deleite condizente com a natureza humana». Deste modo, fará todo o sentido que, no quadro inicialmente configurado, a forma seja tida como fundamento para que o belo e o bem sejam equivalentes, ou se identifiquem.

---

<sup>48</sup> - *Suma Teológica de Tomás de Aquino*, Vol.I, Quest.5, art.4, p.199;

<sup>49</sup> - *Idem*;

<sup>50</sup> - *Suma Teológica de Tomás de Aquino*, Vol.VII, Questão 145, art.3, p.230.

**– Da «forma» que serve de fundamento à identificação entre belo e bem e que permite que o bem seja louvado como belo**

«Ora, como cada um é o que é pela sua forma; e como uma forma pressupõe certas coisas e outras necessariamente a seguem, é preciso, para que algo seja perfeito e bom, que tenha forma, e que tenha ainda aquelas coisas por ela (forma) requeridas e as que a seguem»<sup>51</sup>.

É neste contexto que Tomás de Aquino define o fundamento que permite ao sujeito concentrar em si o facto de o belo e o bem se identificarem. Assim, quando o filósofo dominicano afirma que «como cada um é o que é pela sua forma», não só sustenta essa afirmação nas ideias desenvolvidas por Aristóteles<sup>52</sup> em torno do hilemorfismo - doutrina segundo a qual os corpos são o resultado da conjugação de dois princípios que, sendo distintos, se complementam: a matéria, princípio indeterminado de que todas as coisas são feitas, e a forma, princípio determinante da essência particular de cada ser, ambos constituintes da substância - mas também evidencia a individualidade que lhes é própria, a qual é única e irrepetível, posto que na Natureza não existem duas coisas iguais.

Acrescenta ainda que «a forma requer determinação ou proporcionalidade de princípios, materiais ou eficientes dela: e isso é significado por modo»<sup>53</sup>. Daqui se infere, pois, os motivos da pré-exigência da «determinação, ou proporcionalidade de princípios», o mesmo é dizer que define, tanto o lugar/espço que a cada um deles cabe neste misterioso «puzzle» de que somos parte, como as suas singularidades, e bem assim, o papel e finalidade que lhe estão reservados.

A nosso ver, desta circunstância nascerão os seus pressupostos e as consequências necessárias que lhes são inerentes os quais se prendem, quer com as suas características

---

<sup>51</sup> - *Suma Teológica de São Tomás de Aquino*, Vol.I, Questão 5, art.5, p.201 (Cum autem unumquodque sit id quod est, per suam formam; forma autem prae- supponit quaedam, et quaedam ad ipsam ex necessitate consequuntur; ad hoc quod aliquid sit perfectum et bonum, necesse est quod formam habeat, et ea quae praeexiguntur ad eam, et ea quae consequuntur ad ipsam.);

<sup>52</sup> - ARISTÓTELES, *Metafísica*, Livro I, p.987b e seg.;

<sup>53</sup> - *Suma Teológica de São Tomás de Aquino*, Vol.I, Questão 5, art.5, p.201 (ad hoc quod aliquid sit perfectum et bonum, necesse est quod formam habeat, et ea quae prae exiguntur ad eam, et quae consequuntur ad ipsam.).

e peculiaridades, quer com a função que lhes cabe pelo simples facto de existirem, quer ainda com os contributos por si dados para a evolução no seu todo, enquanto lei incontornável do Universo que constante e inexoravelmente se manifesta.

Como se constata, é a partir do pressuposto de que, somente em relação ao dito sujeito, é que a identificação entre belo e bem pode ser considerada. E identificam-se com base na ideia de forma a qual é, necessariamente, comum a ambos; enquanto um, o bem, se refere ao apetite, que é «aquilo para que tudo tende»,<sup>54</sup> o outro, o belo, diz respeito às faculdades cognoscitivas, motivo pelo qual, «se diz belo aquilo que agrada ao olhar»<sup>55</sup>, tarefa a que o observador é remetido face ao impacto que cada um daqueles atributos sobre ele exerce. Da leitura que se nos afigura lógico admitir do que Aquino nos transmite, é-se induzido a concluir que, tanto o belo, quanto o bem, são apetecíveis. Afinal, ambos agradam ao sujeito, ambos são vivificados pela *visio*, com a particularidade de, o bem, até ser «aquilo para que tudo tende».

Concentremo-nos um pouco mais na ideia de forma, tentando ir algo mais fundo no conceito, quando nos pomos na pele do observador. O que é que queremos significar, afinal? É aceitável referirmo-nos a «todo e qualquer objeto, ou corpo, caracterizado por possuir uma volumetria própria, a qual constitui os seus contornos, os seus limites externos, cabendo a estes dar-lhe uma determinada aparência, ou configuração, se preferirmos; tem peso e ocupa espaço». Assim sendo, é de admitir que, como diz Aquino, «cada um é o que é pela sua forma»<sup>56</sup>, e deste modo concluir (como ele o faz, também), que, «diz-se belo aquilo que agrada ao olhar»<sup>57</sup>, deleite que resultará da qualidade estética da forma, necessariamente.

Pela mesma razão se pode afirmar que, aquilo que é aprazível, que proporciona contentamento, que é suscetível de satisfazer um desejo, é bom! Mas, também que o é

---

<sup>54</sup> - *Suma Teológica de Tomás de Aquino*, Vol.I, Quest.5, art.4, p.199 (est enim bonum quod omnia appetunt.);

<sup>55</sup> - *Suma Teológica de São Tomás de Aquino*, Vol.I, Questão 5, art.4, p.199 (pulchra enim dicuntur quae visa placenta.);

<sup>56</sup> - *Suma Teológica de São Tomás de Aquino*, Vol.I, Questão 5, art.5, p.201 (Cum autem unum quod que sit id quod est, per suam formam.);

<sup>57</sup> - *Suma Teológica de Tomás de Aquino*, , Vol.II, Questão 145, art.4, pp.199 (pulchra enim dicuntur quae visa placenta.).

porque «agrada ao olhar», e agrada porque tem a mesma natureza que a da forma pela qual o belo agrada, pois, tudo o que é bom a tem! No entanto, se é aceitável concluir que «todo o belo é bom», como naturalmente se verifica e a experiência de qualquer de nós o confirma, pelas mesmas razões não se pode negar que, «nem tudo o que é bom, é belo», realidade que, por outras palavras, o *Doctor Communis* comprova ao afirmar<sup>58</sup>, «No entanto, nem tudo o que é deleitável é honesto, porque pode um bem ser conveniente aos sentidos e não à razão. Nesse caso, porém, é deleitável contra a ordem da razão, a qual aperfeiçoa a natureza humana».

Presumivelmente, atendendo ao que atrás se disse, terá ficado demonstrado constituir a forma o fundamento em que Tomás de Aquino se baseia para defender a identidade entre o belo e o bem no (mesmo) sujeito, não restando dúvidas quanto a se saber de que sujeito se trata.

Com idêntica convicção, será de aceitar que, enquanto virtude de entre as mais nobres, a bondade acolhe, tanto «a qualidade do que, ou de quem é bom, como a disposição natural para a prática do bem». Pela mesma ordem de ideias, cremos que nos seja permitido reiterar o que acima se disse, ou seja, «nem tudo o que é bom, é belo».

Que bem se mostrará, então, digno de ser louvado como belo, e que com este se identifica no mesmo sujeito? Será «aquele que agrada ao apetite»? Recorde-se que, a dado passo da narrativa, Aquino nos chama a atenção para a existência de dois níveis de deleite quando declara<sup>59</sup>: «O honesto tem o mesmo objeto que o útil e deleitável, mas se distingue deles pela razão, pois uma coisa é dita honesta quando possui certo brilho, por estar de acordo com os princípios da razão. Ora, o que está conforme à razão é, por natureza,

---

<sup>58</sup> - *Suma Teológica de Tomás de Aquino*, Vol.II, Questão 145, art.3, pp.230 (Non tamen omne delectabile est honestum: quia potest etiam aliquid esse conveniens secundum sensum, non secundum rationem; sed hoc delectabile est praeter horninis rationem, quae perficit naturam ipsius.);

<sup>59</sup> - *Suma Teológica de São Tomás de Aquino*, Vol. VII, II Secção, Quest. 145, art.3, p.230 (dicendum quod honestum concurrir in idem subiectum cum utili et delectabili , a quibus tamen differt ratione . Dicitur enim aliquid honestum, sicut dictum est6 , inquantum habet quendam decorem ex ordinatione rationis. Hoc autem quod est secundum rationem ordinatum , est naturaliter conveniens homini . Unumquodque autem naturaliter delectatur in suo convenienti . Et ideo honestum est naturaliter homini delectabile: sicut de operatione virtutis Philosophus probat, in I Ethic .7 . Non tamen omne delectabile est honestum: quia potest etiam aliquid esse conveniens secundum sensum, non secundum rationem; sed hoc delectabile est praeter horninis rationem, quae perficit naturam ipsius.).

conveniente ao homem. E todo ser, naturalmente, se compraz com o que lhe convém. Assim, o honesto é, naturalmente, prazeroso para o homem, como o prova o Filósofo, a propósito dos actos virtuosos. No entanto, nem tudo o que é deleitável é honesto, porque pode um bem ser conveniente aos sentidos e não à razão. Nesse caso, porém, é deleitável contra a ordem da razão, a qual aperfeiçoa a natureza humana». Ora, não parece evidente que este último nível se sintoniza com «aquele deleite que agrada ao apetite», enquanto o primeiro, esse sim, reflecte, plenamente, a bondade na sua mais elevada e nobre expressão?!

Mas, aprofundemos um pouco mais esta abordagem ao problema. Se atentarmos ao que atrás se afirmou em relação ao conceito de bondade, concluiremos que «a qualidade do que é bom», não é o mesmo que «a qualidade de quem é bom», «pois, é pela virtude que se é bom. Portanto, a virtude merece louvor, enquanto é desejável por causa de outro bem e merece ser honrada, enquanto é desejável em si mesma»<sup>60</sup>.

Ora, enquanto a qualidade do que é bom se refere a objetos, ou coisas, assim como as experiências decorrentes do seu uso, em que umas serão boas e belas, e outras, boas sem serem belas, a qualidade de quem é bom (pois, «é pela virtude que se é bom») é sempre bela, porque é demonstrativa da «disposição natural para a prática do bem». Perguntar-se-á, então: que forma (ou, formas) pode o bem assumir? Que configuração, que aparência, terá o bem de exhibir, a ponto de se identificar com o belo? Que contornos, que limites externos, que atributos se exigem a essa virtude suprema? Que volumetria própria possuirá ela? Que peso e que espaço ocupará? Acaso lhe será possível agradar ao olhar?

Foquemo-nos, agora, noutra perspectiva! Será que o bem, na sua expressão mais elevada e nobre, se contempla, tal como fazemos ante uma paisagem que nos deslumbra, como, por exemplo, o nascer do Sol aflorando as montanhas que rodeiam o mais belo fiorde da Noruega, o Geiranger? Ou quando ele se põe por detrás das montanhas que enxameiam

---

<sup>60</sup> - *Suma Teológica de São Tomás de Aquino*, Vol. VII, II Secção, II Parte, Quest.145, art.1, p.230 (Bonus autem est aliquis secundum virtutem. Et ideo virtuti quidem debetur laus, secundum quod est appetibilis propter aliud:honor autem, prout est appetibilis propter se ipsam.).

a deslumbrante baía da Guanabara? Ou, quando assistimos a esses maravilhosos exercícios de autênticas coreografias de inspiração ornitológica (se assim nos é permitido expressarmo-nos) desenhados céus afora por milhares e milhares de vôos de estorninhos? Ou, sempre que estamos diante de um conjunto escultórico como *Eros e Psique*, do Antonio Canova, por exemplo? Ou, quando o nosso olhar se instala num quadro como o *Cristo de São João da Cruz*, do Salvador Dali? Ou, nessa outra obra de antologia da pintura, que se dá pelo título (nem a propósito) de *Tentação de São Tomás de Aquino*, do Diego Velasquez? Certamente que não!

E que formas mostram, «isso» que nos invade por dentro, de cima-a-baixo, de cada vez que, espontânea e generosamente, corremos espavoridos a tentar salvar alguém que está prestes a afogar-se? Ou, quando encontramos um menino que chora desesperadamente por se sentir perdido entre a multidão, o abraçamos, o pegamos ao colo, o consolamos, e tudo fazemos para o devolver aos pais? Ou, sempre que alguém sofre um inesperado acidente de rua, se fere e, sem perda de tempo, o metemos no carro a caminho do hospital? Ou, quando “tropeçamos” num cachorrinho que vagueia sem rumo, lhe afagamos o pelo e, de repente, sem que tal imaginássemos, porque o dono não dá cor-de-si, pegamos nele, levamo-lo p’ra casa, lhe damos água e comida, lhe afagamos o pelo, acabando nós por desencantar um cantinho para que ali descanse e, a partir daquele momento, passa a ser parte da família?

É perante panoramas de «disposição natural para a prática do bem» como os que acabámos de descrever, que descobrimos, que nos damos conta, que sabemos existir um qualquer «não sei quê» dentro de nós, que nos assevera termos sido concebidos com capacidade inata para discernir, para reconhecer que, este é o bem que é belo, ou recorrendo a outra fórmula expressiva, a bondade que gera beleza, qualquer que seja a forma que a prática daquele bem assuma.

Que espécie de forma será, então, essa que, não sendo igual àquela que nos faz perder as estribeiras movidos por vingança; devorar, alarvemente, o prato de que mais se gosta; nos leva a seduzir a mulher/homem que sobre nós exerce uma atração

incontrolável; ou nos impulsiona a comprar um qualquer objeto de que não temos a menor necessidade, só pelo gozo que nos proporciona e que, portanto, agrada, é certo, mas, não propriamente ao olhar?

Sim? Que espécie de forma é essa? De que modo a identificamos? Como é que a detectamos? O que é que em nós nos diz que «é por isso que ela é o que é»?

A resposta não pode ser outra senão a que nos revela que o bem se reveste de uma forma muito outra; que ela é de uma natureza muito diversa da que agrada ao olhar; não tem contornos, não tem peso, nem ocupa espaço e que, paradoxalmente, muito menos ainda tem limites, quaisquer que eles sejam. Ela é, tudo somado, aquela que toca fundo no mais nobre do nosso Ser, gera em nós um sentimento de espiritual exaltação e que, por isso, nos enche de uma alegria serena; ela é, pois, a forma única, capaz de «agradar à alma» e se volver contemplação anagógica. É por isso que, com toda a convicção que a inunda, podemos afirmar que «o bem é louvado como belo».

#### – **Das diferenças que a razão impõe entre belo e bem**

Eis-nos ante um dos fundamentos mais significativos no pensamento de Tomás de Aquino acerca do belo. No fundo, é do confronto entre o sensível e o racional, entre o que é dos domínios do emocional e do intelectual, se preferirmos, a que nos estamos a referir.

Tenha-se presente o modo como ele o faz na sua obra filosófico-teológica de maior fôlego<sup>61</sup>: «portanto, deve-se dizer que o belo e o bem, no sujeito, são idênticos, pois estão fundados sobre o mesmo, a saber, sobre a forma. Por isso, o bem é louvado como belo. Mas diferem pela razão. O bem propriamente se refere ao apetite, pois o bem é aquilo para o qual tudo tende, e assim tem a razão de fim; pois o apetite é uma espécie de movimento rumo à coisa. Quanto ao belo, ele se refere à faculdade do conhecimento, pois diz-se belo aquilo que agrada ao olhar».

---

<sup>61</sup> - “Suma Teológica de São Tomás de Aquino”, Vol.I Secção, Questão 5, art.4,p.199 (ergo dicendum quod pulchrum et bonum in subiecto quidem sunt idem, quia super eandem rem fundantur, scilicet super formam et propter hoc, bonum laudatur ut pulchrum. Sed ratione differunt. Nam bonum proprie respicit appetitum : est enim bonum quod omnia appetunt. Et ideo habet rationem finis nam appetitus est quasi quidam motus ad rem. Pulchrum autem respicit vim cognoscitivam pulchra enim dicuntur quae visa placent.).

Quando Aquino considera que «o apetite é uma espécie de movimento rumo à coisa», tanto se permite sustentar o que pensa no princípio «causa *versus* efeito», como no «potência *versus* acto», qualquer deles profundamente estudados pelo seu mestre Aristóteles. Por outras palavras, se se está em presença de uma espécie de “movimento”, como ele afirma, o pressuposto lógico é que tal requiere um ponto de partida e um ponto de chegada, onde se encontrará “a coisa” e no qual tem lugar a cessação do dito, ou seja, ocorre o estado pleno de repouso. Consequentemente, e por analogia, o que originou o movimento (o motor, portanto) é a sua causa, enquanto o efeito que lhe corresponde é o estado de repouso. Assim, podemos fazer uso de um princípio matemático e, adaptando-o ao caso em apreço, enunciar que «a causa está para a potência, assim como o efeito está para o acto». É, então, legítimo dizer-se que a potência/causa situar-se-á na génese do desejo/vontade que, pondo em “movimento” o sujeito que o vivencia, fará da posse e fruição da coisa o acto/efeito que consuma o princípio por inteiro.

A relevância do que acaba de ser exposto assenta na intenção de clarificar em que medida a razão surge como elemento diferenciador entre o belo e o bem. Pois, se como anteriormente destaca Aquino, «o bem propriamente se refere ao apetite» dado que «o apetite é uma espécie de movimento rumo à coisa», dando a entender que se trata de uma espécie de automatismo, como respirar, por exemplo, de algo que se manifesta sem que seja necessário pensar sobre isso, por outras palavras, sem intervenção consciente do racional em nós, o mesmo não se passará sempre que somos tocados por «aquilo que agrada ao olhar»; neste caso, porventura estimulados por um automatismo outro, bem distinto daquele, entram em cena sensibilidade e razão, na base das quais terá lugar uma relação sujeito *versus* objeto qualitativamente diferente.

**– Do belo que acrescenta ao conceito de bem uma referência à faculdade cognitiva que diz respeito ao seu ser**

Em abono da verdade, permita-se-nos a confiança de revelar que, por se nos afigurar deveras peculiar, esta questão da distinção entre o belo e o bem acabou por chamar a nossa atenção no decurso do estudo com vista à elaboração da presente tese. De facto, de entre os diversos aspectos que, da parte de Tomás de Aquino, têm sido objeto da sua acutilante análise especulativa no tocante ao belo e ao bem, cremos ser pertinente aquele que o título supra propõe, sendo certo que, tal como se observou, «o belo se refere à faculdade de conhecimento», enquanto «o bem se refere à faculdade de desejo, ou vontade». Sobre o tema, e com a clareza possível, procuraremos desenvolver uma reflexão em torno do que cremos ser a vertente mais atraente do seu conteúdo.

Defende Aquino que «embora o belo e o bem sejam a mesma coisa no que respeita ao sujeito porque, tanto o esplendor, quanto a harmonia, estão contidos no conceito de bem, todavia, são logicamente distintos; de facto, o belo acrescenta ao conceito de bem uma referência à faculdade cognitiva que diz respeito ao seu ser»<sup>62</sup>. Estaremos, pois, em presença de uma questão (por certo, complexa) que confronta as noções de belo e bem, enquanto virtudes detentoras da mesma identidade embora, em nosso entender, na perspetiva do filósofo dominicano a primeira «acrescente uma referência à faculdade cognitiva» no que respeita ao “ser” da segunda, relativamente ao “conceito” desta.

Ante semelhante panorama, o que nos move é indagar de que “bem” se tratará, afigurando-se-nos que se está face ao bem que obedece a um princípio universal, porque tudo o que procede de Deus visando as criaturas lhas é concedido.

Esclareça-se que, a nosso ver, o sujeito a que o texto do aquinate alude é o observador, cujas sensibilidade e razão captam, no decurso do acto de olhar, o belo de que o objeto é detentor, na sequência do qual os efeitos de deleite estético por este mesmo acto

---

<sup>62</sup> -“Suma Teológica de São Tomás de Aquino”, Vol.I Secção, Questão 5, art.1,p.194 (ergo dicendum quod, licet bonum et ens sint idem secundum rem, guia tamen differunt secundum rationem, non eodem modo dicitur.).

desencadeados, se manifestam sob a forma de “esplendor” e “harmonia”, atributos comuns tanto ao belo, quanto ao bem.

Recorde-se que é ainda o filósofo dominicano que, naquela sua *opus magnum*<sup>63</sup> afirma que, «o belo e o bem, no sujeito, são idênticos, pois são fundados pelo mesmo, a saber, a forma. Por isso o bem é louvado como belo». E fá-lo de modo assaz convincente, com fundamento na lei de “causa e efeito”, uma subtilíssima lei da Natureza que tudo rege, seja no domínio do material, seja no do imaterial, expondo a dinâmica de interdependência entre ambos os elementos ao declarar: «pois sabemos que o que se encontra primeiro no exercício da causalidade é último quanto ao efeito», e não o inverso, evidentemente.

Para tornar ainda mais claro o que expõe, não deixa de se servir de um exemplo do quotidiano no que toca à relação entre o fogo e a madeira que queima. Acrescenta ainda que «a razão de bem pressupõe a razão de causa eficiente e a razão de causa formal». Ou seja, o bem, ao ser levado à prática exige, obviamente, um sujeito ativo que o concretize, que o efective. E isso verifica-se assumindo as mais diversas formas, que são aquilo pelo que cada coisa é o que é, como não pode deixar de ser.

E sublinha<sup>64</sup>, em plena sintonia com o que havia afirmado antes: «na ordem da causalidade vêm primeiro o bem e o fim, que movem a causa eficiente; em seguida, a acção desta causa eficiente move em vista da forma; ao final, chega a forma». Por outras palavras, a citação a que Aquino recorre é a clara tradução de toda a dinâmica de que o princípio potência *versus* acto se reveste, posto que a forma, outra coisa não é que o acto consumado em si, *perfectum*, pois nada lhe pode ser acrescentado.

Ora, tendo presente o conceito de bondade como sendo, quer «a qualidade do que, ou de quem é bom», quer «a disposição natural para a prática do bem», sem dúvida que,

---

<sup>63</sup> - *Suma Teológica de São Tomás de Aquino*, Edições Loyola (Disponibilizado em «Livros Católicos para Download.»)

<sup>64</sup> - *Suma Teológica de Tomás De Aquino*, Edições Loyola. São Paulo, 2001, Vol.I, I Parte, Quest.5, art.4, pp.199 e seg.(In causando autem, primum invenitur bonum et finis, qui movet efficientem; secundo, actio efficientis, movens ad formam.).

qualquer que seja a forma que esta prática assuma, ela tem intrinsecamente implícito o fim com que é levada a cabo. Na verdade, seja o caso do abraço que visa confortar o amigo que sofre, ou o agir em auxílio imediato de quem é vítima de um acidente; seja o da partilha desinteressada e fraterna de um bem material com quem dele necessita, ou o recurso à palavra consoladora junto de um desconhecido que se sente perdido e sem amparo, o (implícito) fim de qualquer destes actos, o bem, marca sempre a sua robusta presença, no seio da qual o belo resplandece.

Estamos, pois, em crer que é, privilegiadamente, à *pulchritudo spiritualis* a que Aquino se refere, no tocante ao bem, enquanto receptor daquilo que o belo acrescenta ao seu ser sob a forma de “faculdade cognitiva”, o que não pode deixar de enriquecer o seu conceito. Na verdade, é naturalmente de admitir que, qualquer manifestação de bem, seja ela de maior, ou menor, intensidade, levada a cabo, anónima, espontânea e desinteressadamente, visando o benefício de outrem, quem quer que ele seja, nosso semelhante, ou não, é sempre uma demonstração de altruísmo, de genuína compaixão, de Amor fraterno, afinal a mais elevada forma de virtude que em nós habita, o que eleva o belo à sua mais sublime expressão. Assiste-se, portanto, a um subtil acréscimo de nobreza à essência do bem e, inerentemente, ao conhecimento que dele decorre, valorizando o conceito que lhe cabe.

#### – **Subjetivismo *versus* objetivismo no tocante ao belo**

A propósito da temática de cujo desenvolvimento ora nos ocupamos, dizíamos, na parte final do quinto parágrafo do subcapítulo, “Da função crucial do olhar na apreensão do belo” que, «em nosso entender, no que ao belo concerne, o pressuposto-base em que o mencionado «processo de apreensão cognitiva» assenta, está na qualidade da relação que o observador estabelece com «a coisa» por ele observada, acto no qual o sentido da visão é soberano, obviamente, consumando a dinâmica dualista gerada pelo binómio sujeito *versus* objecto, sendo que, «um não existe sem o outro»».

A ideia de dualidade, enquanto fenómeno que, em qualquer campo de questionamento, se serve de dois princípios explicativos, não é, de modo nenhum, estranha à filosofia; de facto, fala-se de dualidade nos campos da religião, da metafísica,

da psicologia, da ciência, da metodologia, etc.<sup>65</sup>. Em todo o caso, dir-se-ia que, muito para além dela, no que diz respeito à observação de tudo quanto existe, a dualidade marca uma fortíssima presença na vida quotidiana. Exemplos disso não faltarão, à saciedade. Pense-se nos ritmos da Natureza: Primavera/Outono, Verão/Inverno, dia/noite; ou em situações mais comuns, como cedo/tarde, quente/frio, bonito/feio, preto/branco, feminino/masculino, bom/mau, macho/fêmea; positivo/negativo, na electricidade e no magnetismo; ou na economia, quando se trata de abundância/escassez, oferta/procura, riqueza/pobreza; na contabilidade, em deve/haver; ou em toda a espécie de fenómenos que ocorrem, nos quais a dualidade sujeito/objeto está sempre presente.

A descrição pecará por excesso, é certo; não obstante, demonstra-se quão vasta é abrangência da ideia em causa. Porém, uma explicação complementar se torna absolutamente necessária à substancial compreensão do que se pretende: é que, o que se verifica, é que se está, pois, em presença de uma dualidade geradora de uma dinâmica que espelha essa verdade essencial da Física que afirma que “tudo é energia” (sem esquecer, obviamente, a especialíssima que trazemos dentro de nós), que é “tudo aquilo que se move e tudo faz mover”; que, entre pólos, aquela dinâmica é gradativa e permanentemente mutável; que, o “objectivismo” de tudo quanto existe se confronta, de modo não menos permanente, com o inato e incontornável subjetivismo que é parte integrante do ser único, inigualável e irrepitível que cada um de nós é, e que tudo relativiza; e que, por fim, qual condenação inescapável no que ao belo diz respeito: “sujeito” e “objecto”, obviamente, não existem um sem o outro.

#### – De olhos na outra “margem”

Eis-nos chegados ao termo desta primeira “caminhada”, cujo roteiro se centrou no pensamento de Tomás de Aquino acerca do belo. Como se observa sem a menor dificuldade, o subtítulo contém, sem quaisquer disfarces, uma carga metafórica óbvia, atendendo a que o fim de um caminho pressupõe o início de um outro pois, continua a ser imperioso a fidelidade ao mote de Pompeu mencionado logo no início da introdução.

---

<sup>65</sup> - *Enciclopedia Garzanti di Filosofia*, p.279 e 280.

Deste modo, o “olhar” foca-se, agora, no capítulo segundo da tese, justamente aquele que a completa, o que requiere uma “ponte” para o alcançar; é essa a função que se pretende reservar a este último subtítulo.

É convicção do autor ter-se ele empenhado numa apresentação do pensamento de Tomás de Aquino sobre o belo, que lhe permitisse expor com suficiente clareza, uma temática que prima por conter, tanto de fascínio, quanto de delicada exigência filosófica.

Naturalmente, estará ele na primeira linha de entre os que reconhecem ter o tema podido ser mais aprofundado, sobretudo quando se está em presença de obras tão vastas, complexas e penetrantes quanto o são a *Suma Teológica*, ou *Os Comentários aos Nomes Divinos*. No entanto, atendendo ao caso em apreço, eu seu modesto entender, tal aprofundamento não se justificaria. O que nos aguarda é - alcançada que foi a outra “margem” - a nova “caminhada” adentro da arquitectura paisagista entre nós, de como o pensamento de Tomás de Aquino acerca do belo nela marca presença, e de como esta nova arte-bela surge no nosso país pela mão, pelo talento, pela inteligência, pela indómita vontade e, principalmente, pela importância crucial que essa grande figura de português e humanista raro, atribuía ao belo como elemento estruturante da combinação Arquitectura e Natureza. Estamos a referir-nos àquele que foi o pioneiro e o maior entre os arquitectos paisagistas nossos compatriotas: Francisco Caldeira Cabral.

À primeira impressão, antevê-se um “percurso” assaz exigente e sério, na medida em que a criação da Escola que deu corpo a este novo ramo da arquitectura num país com as peculiaridades do nosso e num regime político como o que então vigorava, não terá sido tarefa fácil, principalmente se tivermos em conta que, aquele mesmo ramo das belas-artes, visava constituir-se como instrumento de ordenamento do território, sustentado no princípio fundamental de combate ao expansionismo urbanista que, ao tempo, era a expressão dominante de um modernismo voluntarista que, já então, se fazia sentir.

## 2 - A arquitectura paisagista portuguesa

### – Primórdios da arquitectura paisagista

Há lugares-comuns que não podem deixar de ser referidos, de cada vez que nos predispomos a dissertar sobre um tema de que eles são claramente participantes. Afirmar, por exemplo, a propósito do título do subcapítulo supra, que «o ser humano é fruto da relação que estabelece com o meio que o envolve e do qual ele é parte integrante», preenche por inteiro aquele requisito. Por outro lado, admitir que este lugar-comum nos permite imaginar, configurar um espaço, um panorama, um quadro, uma «paisagem», digamos assim, da qual fazem parte elementos vários será, pelo menos, um lugar tão comum quanto aquele.

Afinal, o que queremos significar quando falamos de «paisagem»? E onde queremos chegar, quando nos propomos abordar uma temática como a «arquitECTURA paisagista», bem como os primórdios deste singularíssimo ramo da atividade humana que combina ciência - ao exigir conhecimento rigoroso para agir sobre o mundo físico e os sistemas naturais - e criatividade artística, com a finalidade de moldar espaços que agradem aos humanos que os habitam, neles vivem, se movem e tem os seus seres?

Por paisagem, podemos entender um espaço geográfico composto por um conjunto de elementos diversos que o nosso olhar alcança, tendo o sentido da visão uma função privilegiadíssima na assimilação e compreensão das funções que cada um deles desempenha, independentemente da componente estética que contenham. Eis como Tomás de Aquino desencadeia aqui uma «entrada fulgurante» pois, como vimos antes, «belo é tudo o que agrada ao olhar»<sup>1</sup>. No entanto, é ainda Gonçalo Ribeiro Telles<sup>2</sup> que, a propósito dos três requisitos por si anteriormente destacados (claridade, integridade e ordem) nos diz: «a Luz e a Cor duma paisagem ajustam-se ao requisito Claridade, ao

---

<sup>1</sup> - *Suma Teológica de Tomás De Aquino*, 2001, Vol.II, Quest.5, art.4, p.199 (pulchra enim dicuntur quae visa placent.);

<sup>2</sup> - PESSOA, Fernando Santos, *Gonçalo Ribeiro Telles-Textos escolhidos*, p.46.

passo que o Céu e a Grandeza ao requisito Integridade, o primeiro de aparência absoluta e a segunda de aparência relativa. Ao requisito Ordem ajustam-se todos os restantes componentes: Figura, de natureza espacial, Movimento e Vida, de natureza dinâmica, e Cultura, de concepção totalmente humana» concluindo: «sempre que uma paisagem possua todos ou alguns destes componentes preenchendo os três requisitos tomistas, podemos-lhe atribuir o adjetivo belo – e estar seguros do seu valor humano sob todos os aspetos».

No que respeita à ideia/conceito de «arquitectura paisagista», talvez seja oportuno recordar que já o nosso grande e primeiro arquitecto paisagista, Francisco Caldeira Cabral, dava testemunho de quão difícil era encontrar uma definição satisfatória<sup>3</sup>. Não obstante, permitiu-se recorrer ao que sobre a questão o seu colega da Universidade de Harvard, Charles William Eliot defendia, nos termos que a seguir se transcrevem: «em primeiro lugar, um ramo das Belas-Artes e, como tal, a sua função mais importante é criar e conservar a beleza em torno das habitações humanas e na paisagem; e, além disso, procurar o conforto, as conveniências e a saúde das populações humanas». Em todo o caso, o fundador e pioneiro deste novo ramo das artes modernas entre nós, entendia que, apesar de «clara e inteligível, esta definição corria o risco de se tornar incompleta, logo que se alargasse o campo de atividade do objeto definido»<sup>4</sup>, razão pela qual optou por uma abordagem mais generalista, embora reconhecendo que ela «poderia perder em inteligibilidade imediata».

Assim sendo, para ele, «arquitectura paisagista é a arte de ordenar o espaço exterior em relação ao homem». Sem dúvida que Caldeira Cabral opta por uma definição que, apesar de breve, prima por ser bastante clara e precisa, muito embora a sua definição contenha uma forte componente humanista caracteristicamente própria do seu natural modo de ser e estar no mundo, traço testemunhado pelos seus discípulos e fiéis seguidores, Fernando Santos Pessoa e Gonçalo Ribeiro Telles<sup>5</sup>. Demonstra-o o que

---

<sup>3</sup> - CABRAL, Francisco Caldeira, *Fundamentos da Arquitectura Paisagista*, p.25;

<sup>4</sup> - *Idem*;

<sup>5</sup> - *Ibidem*, respectivamente p.13 a 16, e p.17 a 21.

afirma um pouco mais adiante ao explicitar os motivos pelos quais a arquitectura paisagista é uma arte: «porque a concepção das suas obras é fundamentalmente intuitiva, e pertence ao grupo das belas-artes porque a criação de beleza é uma das suas finalidades. Neste sentido se entende aqui a palavra ordenar, visto a beleza ser na definição agostiniana o «esplendor da ordem»». Dir-se-ia, também, tomasina, na medida em que não é concebível uma ideia de «ordem», sem que o «cânone tomista», que abordámos no subcapítulo «Da tríade sobre o belo enquanto expressão do divino», marque a sua incontornável presença.

Creemos ser merecedor de destaque a importância atribuída por Caldeira Cabral à beleza como elemento central do ordenamento arquitectónico-paisagístico, seja na sua dimensão urbanística (com a integração de expressivas manchas verdes e florestais nos seus espaços), seja na dimensão rural (sempre que nela se rasgam infraestruturas essenciais ao desenvolvimento e ao progresso). Neste contexto, crê o autor que o pensamento de Frei-Tomás se faz igualmente notar, sobretudo no que à importância da Natureza diz respeito, enquanto fruto da criação divina pois, como já reiteradamente se observou, afirma<sup>6</sup>: «Deus é belo como causa da harmonia e brilho do universo», acrescentando que, «à razão do belo, ou decoroso, concorrem o brilho e a proporção devida», elementos a que Francisco Caldeira Cabral, por certo, seria especialmente sensível.

Nos dias que correm, volvido quase um século após a sua formação na Universidade de Berlim, a definição de Cabral afigura-se, de facto, excessivamente generalista, mormente no tocante a factores que, no seu tempo, não se colocavam e que hoje põem em causa a própria sobrevivência da humanidade, no seu todo. Tenhamos em conta alguns dos mais importantes e dramáticos, como a explosiva expansão demográfica associada à escassez de recursos alimentares; a tendência crescente, a nível global, da concentração das populações em cidades; a desertificação acelerada; a qualidade do ar que respiramos; a poluição generalizada em todas as frentes da vida das

---

<sup>6</sup> - *Suma Teológica*, Vol.VII, Secção II, Parte II, Questão 145, art.2, p,228 e seg..

comunidades humanas; a questão do tratamento dos milhões de toneladas de lixo diariamente produzidos por todos os humanos; o buraco do ozono e o efeito de estufa; a escassez de água potável; os esgotos decorrentes das atividades domésticas, agrícolas e industriais; a agricultura baseada em agroquímicos; os milhões de toneladas de plásticos depositados no mar; as necessidades de um ordenamento do território racional e ecologicamente equilibrado, que se requer à escala planetária.

Um quadro desta natureza, cujos riscos de insuperabilidade são de elevadíssimo grau de probabilidade de ocorrência exige, com incontestável urgência, uma arquitectura paisagista muito mais interventiva, mais racional, politicamente comprometida, mais eficaz e detentora de um campo de acção mais alargado.

Ora, tendo em linha de conta a realidade elementar de que toda a nossa existência se funda num diversificado conjunto de relações de interdependência, seja entre humanos e entre estes e as restantes espécies animais, seja entre aqueles e os meios físicos, sociais, económicos e culturais nos quais se inserem, crê o autor que, à arquitectura paisagista, caberá uma muito mais profunda função instrumental. Esta questão coloca-se, tanto a nível do ordenamento de um território que é hoje de abrangência planetária, como atrás se disse, quanto por via da afirmação reforçada do belo – vertente que, por tradição e infelizmente, é tão pouco cultivada entre nós - que dele é parte intrínseca, como ainda através do fomento da expansão de uma consciência ética por parte de quem é detentor de poderes em de todo o tipo de instituições, bem como por parte dos cidadãos, em geral. É que, não havendo alternativa a que a humanidade, como um todo, se permita recorrer para garantir a sua sobrevivência segundo padrões de dignidade minimamente aceitáveis, importaria ter bem presente o que nos recomenda a autora Adriana Veríssimo Serrão quando, a dado passo, nos recorda: «uma vez libertas da tradicional associação à vista, ao cenário e ao panorama, o entendimento das paisagens como unidades integradas e espaços do habitar permitirá conciliar o fundamento natural com dimensões constitutivamente humanas, como a História e a Cultura, e responder mais facilmente a problemas candentes dos tempo

presente e futuro, desde o desenho das cidades até à invenção de formas de viver alternativas<sup>7</sup>».

Relativamente aos primórdios que a sustentam, não nos parecendo razoável remontar ao Éden de onde Eva e Adão terão sido expulsos, cremos que a sedentarização terá estado na origem das primeiras expressões de apreciação e culto de plantas e frutos por parte dos humanos, mais que não fosse por razões de sobrevivência. Tenha-se em mente a lentidão com que o ser humano se terá dado conta da consciência de si próprio e das coisas que o rodeavam, designadamente dos fenómenos que lhe eram revelados pela Natureza, cuja descoberta o terão levado a confrontar-se com outros de tipo intelectualmente mais exigentes, como o caso da beleza das formas, dos sons, dos aromas, ou o da descoberta do prazer, no sentido mais amplo do termo. Com o progressivo aprofundamento dessa auto consciencialização, sendo ele natural e inevitavelmente instado à acção a que a própria existência lhe impunha - à qual a curiosidade sobre o que quer que lhe fosse exterior não lhe seria de todo estranha - lenta, mas persistentemente, esse *homo* vai traçando o rumo da descoberta de si próprio. Nesse processo, a sua relação com a variedade das espécies florais que a própria Natureza oferecia terá sido mais privilegiada que qualquer outra. Concomitantemente, o que de inato ele possuía, não podia deixar de se ir exteriorizando. Por exemplo, a primária ordenação do espaço em que vivia, separando o habitável do da terra a cultivar, do destinado aos animais a criar, etc, esmerando-se, à medida que a luta pela sobrevivência, as necessidades naturais, as ligações familiares e as geradas pelas relações com outros a si semelhantes, a par dos ritmos que a Natureza e os seus fenómenos lhe impunham, a pouco-e-pouco terão sido compreendidos e assimilados. Com o tempo e o conhecimento resultante das experiências adquiridas, a evolução terá feito o seu caminho, segundo as lógicas a que as suas próprias leis obedeciam, até ele ter de chegar a estágios de maior complexidade, técnica e intelectual. A estes não terão sido estranhas as relações decorrentes das trocas de produtos com membros

---

<sup>7</sup> SERRÃO, Adriana Veríssimo, *Filosofia da Paisagem-Estudos*, p.103.

pertencentes a outros grupos; as geradas por inevitáveis lutas, conflitos e disputas; a inventividade, tal como o despertar para a atracção pelo belo; uma originária noção de mal e de bem, até, etc., etc.. A agricultura<sup>8</sup>, surgindo mais tarde, terá sido fruto de toda esta imparável dinâmica, bem como a sua forte ligação à terra.

Deste conjunto de vicissitudes terá nascido o embrião do que, posteriormente, viria a tornar-se o espaço privilegiado da atracção pela natureza vegetal: o jardim. Recorda-nos Caldeira Cabral<sup>9</sup> que «o jardim existiu desde a mais remota antiguidade, encontrando-se já representados nos baixos-relevos egípcios e mencionados nas mitologias nórdicas na dualidade “Outgard” e “Midgard”, e logo nos aparece como lugar privilegiado pela tranquilidade e pela exuberância da sua vegetação».

Os míticos jardins suspensos da Babilónia, entre os antigos apelidados de uma das sete maravilhas do mundo, atribuídos que são ao rei Nabucodonosor II, no séc. VII a.C. - dos quais não se conhecem, nem vestígios arqueológicos, nem textos que os mencionem - serão uma demonstração do que atrás se disse acerca do jardim, visto autores como Estrabão, ou Diodoro Sículo a eles se terem referido.

É de admitir que os monges hortelãos-jardineiros das antigas ordens mendicantes, empenhadas que estavam na sua auto subsistência, imbuídas pelo lema *ora et labora*, separavam a horta e o pomar, dos jardins de plantas medicinais e flores. Demonstravam, assim, a sua profunda ligação à terra como símbolo de veneração de toda a Criação, conjugando esse esforço com expressões arquitectónicas góticas impulsionadas pela Igreja, fosse em templos, fosse em edifícios conventuais. Terão, desse modo, contribuído para o engrossar dos primórdios da arquitectura paisagista no decurso da Idade Média.

No que à Renascença respeita, a História regista o nascimento de ideias e iniciativas concretas que procurariam traduzir uma visão da Natureza e da paisagem,

---

<sup>8</sup> - CABRAL, Francisco Caldeira, *Fundamentos da Arquitectura Paisagista*, p.56;

<sup>9</sup> - *Idem*, p.75.

no que aparentemente se tratava de uma busca pelo belo absoluto. Assente no culto dos valores do classicismo que, como sabemos, constituíam a sua essência, esse esforço está na origem do movimento que, com base na renovação das mais nobres atividades intelectuais humanas como as artes, as ciências, a filosofia e a literatura, se tornaria o fundamento dessa grande corrente de pensamento que foi o humanismo.

Nesta ordem de ideias, a Renascença pugna pela valorização da natureza vegetal. Na Itália, «a planta da casa<sup>10</sup>, inspirada num ideal greco-romano, passa a ter uma unidade até aí desconhecida e o jardim forma, pela primeira vez, um todo com o edifício». Assiste-se à criação dos primeiros jardins botânicos de plantas exóticas, a par de uma larga difusão por toda a Europa, especialmente em Itália, França e Inglaterra, dos jardins entendidos como espaços privilegiados de cultura de flores e de plantas ornamentais - em que o elemento água ocupa lugar especial - instalados, tanto em lugares públicos, como privados, geralmente vedados servindo, quer para fruição do belo na Natureza, embora submetida a confinamentos em áreas reduzidas, quer para passeio, recreio e convívio de adultos e petizes. Assiste-se, até, ao culto de um paisagismo elevado ao nível das artes plásticas e que irá ser usado para exhibir o esplendor de aristocratas, burgueses ricos e influentes, e até de papas e outros príncipes da Igreja<sup>11</sup>. Note-se como, uma vez mais, o pensamento de Tomás de Aquino subtilmente tece as “malhas” da sua presença no culto do belo que ao olhar agrada.

Ora, como é amplamente reconhecido, com muita frequência e nos mais diversos lugares e tempos, a arquitectura foi usada como expressão pública de poder e autoridade. O Renascimento não fugiu à regra; bem pelo contrário. A simetria, o apurado sentido da proporção entre elementos, a geometrização das formas, a harmonização entre as partes do todo, uma invulgar ousadia estética, alcançaram expressividade e fortaleza ímpares. Em ambientes de natureza social e política que se descortinam como nos que atrás se admitiram, a Renascença parece ter chamado a si o

---

<sup>10</sup> - CABRAL, Francisco Caldeira, *Fundamentos da Arquitectura Paisagista*, p.76;

<sup>11</sup> - RIBEIRO TELLES, Gonçalo, Prefácio da Primeira Edição de *Fundamentos da Arquitectura Paisagista*, p.20.

melhor daqueles dois mundos impulsionando, talvez como nunca antes, a corporeidade da arquitectura paisagista. Não é, pois, de crer, que, poderosos como os Medici, os Sforza, os Pazzi, os Orsini, ou os Borgia, não tenham lançado mão a ambas para dar pública manifestação de como o poder os embevecia. Os seus jardins «povoam-se de estátuas, enchem-se de grutas, de tanques e de jogos de água». Pelo contrário, Caldeira Cabral <sup>12</sup> revela-nos que, em França, ainda no período renascentista, a jardinagem é encarada de forma mais militante, sendo célebre a criação da “enfilade” na arquitectura, e as “perspectivas de Le Nôtre”, no jardim. Faz-nos saber que, no séc. XVII, segundo a sua opinião, surge o homem que ele considera o primeiro arquitecto paisagista no sentido moderno da profissão, justamente aquele mesmo senhor, Le Nôtre, de seu nome, o principal conselheiro do urbanista de Paris, Colbert, no tempo de Luís XIV. Nem a propósito, Versailles seria uma das mais notáveis manifestações da arquitectura paisagista na Europa, enquanto que, para as bandas do sol nascente, o jardim japonês, já em finais do séc. XIX - quando os norte-americanos forçam o país a se abrir ao mundo - alcançará a expressão máxima dessa singular arte-plástica, posição a que ainda nos nossos dias se alcandora.

Afirma, também, o grande mestre luso: «vários anos depois, ele (Colbert) continuava a ser simplesmente *le Jardinier du Roi*». Faz, a seguir, menção ao facto de, em Berlim, alguns anos mais tarde, Peter Joseph Lenné, ter levado para a Alemanha o estilo paisagista inglês e de ter sido o responsável pelo planeamento do centro da capital germânica e também de Postdam, além de ter procurado criar, em Bornheim, «uma paisagem com finalidades simultaneamente estéticas e económicas. Projetou ainda duas linhas de caminhos-de-ferro e um canal».

Perto do termo deste sub-capítulo, a sensação que nos percorre é a de que a afirmação de Caldeira Cabral que a seguir se reproduz<sup>13</sup>, sintetiza com clareza o que terão sido os primórdios da arquitectura paisagista. Diz-nos ele: «quando o primeiro

---

<sup>12</sup> - CABRAL, Francisco Caldeira, *Fundamentos da Arquitectura Paisagista*, p. 76 e 56;

<sup>13</sup> - *Idem*, p.26, 3º prg..

homem vedou o seu jardim com um muro, ou uma sebe, criou pela primeira vez um espaço exterior que lhe estava diretamente ordenado, e assim foi progredindo até ordenar todos os espaços exteriores naturais aos seus próprios fins e necessidades».

Creemos ter proporcionado um panorama suficientemente alargado para a descoberta e compreensão, tanto dos elementos, quanto dos actores, que terão estado presentes nos começos deste moderno ramo das artes plásticas.

### **– Princípios e fins da arquitectura paisagista**

Sabemos que aquilo que está na origem de uma operação dedutiva, não só orienta a acção inerente a qualquer ramo de actividade, mas também tem a função de operar como norma, sustentando os ajuizamentos de ordem prática e os próprios resultados a que, se espera, a referida acção conduzirá.

Estamos a referir-nos aos princípios a que a arquitectura paisagista obedece, enquanto actividade indispensável ao viver sob aceitáveis padrões de conforto e estética a que qualquer comunidade humana tem legitimamente direito. Em todo o caso, será de pôr em destaque o que naquela mesma obra e página anteriormente referidas<sup>14</sup>, o seu autor nos chama a atenção para considerações de natureza ética suscetíveis de condicionar todos os demais princípios que sustentam a arquitectura paisagista. Diz-nos ele: «Tem havido em arquitectura paisagista duas concepções opostas: uma formalista, a que chamarei romana, que pretende marcar o domínio do homem sobre a natureza; a outra, naturalista, que já encontrámos entre os gregos, procura colaborar com a natureza, e como disse Loudon, a sua maior ambição é que a acção do homem passe despercebida, dando-nos apenas a sensação de unidade e harmonia perfeitamente espontâneas». Informa-nos ainda Caldeira Cabral que «o romantismo opôs ferozmente estas duas concepções, condenando sem apelo a primeira. Hoje, com maior ecletismo, considera-se haver lugar para ambas, estando o formalismo naturalmente indicado para estabelecer a ligação da casa com a paisagem e encontrando o conceito naturalista a sua aplicação

---

<sup>14</sup> - CABRAL, Francisco Caldeira, *Fundamentos da Arquitectura Paisagista*, p.26.

lógica nas grandes obras integradas na paisagem». Nem a propósito, será com todo o merecimento que realçamos a coerência de Caldeira Cabral ao denunciar a insensibilidade formalista do primeiro projecto do Estádio Nacional <sup>15</sup>, por ele veementemente condenado, a ponto de ter sido posto de parte pelos poderes políticos de então, para dar lugar ao seu, naturalista, o qual pode, ainda hoje, ser admirado como exemplo de uma grande obra integrada na paisagem que o circunda.

Na perspectiva do autor, atendendo ao estado actual das coisas no que à emergência ecológica respeita, nunca será demais estar-se eticamente consciente para que se faça prevalecer um modelo de intervenção arquitectónico-paisagista tão equilibrado quanto possível entre as duas concepções, sendo ele um acérrimo defensor da tendência para fazer prevalecer a naturalista.

Existe uma peça essencial em arquitectura (e por inerência, na variante paisagista), o projeto, com base no qual, toda a intervenção em campo se pauta. Todavia, ele não é elaborado sem que previamente se proceda ao levantamento/estudo de uma serie de elementos preponderantes na sua execução, como sejam, a título de exemplo, o tipo de terreno, os equipamentos a utilizar nos trabalhos a executar, o impacto ambiental, ou as populações afetadas e respectivas consequências. Dir-se-ia, então, que este será um princípio de ordem prática a levar a cabo com o maior rigor científico possível.

Um outro princípio, tecnicamente fundamental a ter em conta, é o do ordenamento do espaço exterior, uma vez que esta arquitectura não trata de espaços interiores. Ora, quando nos referimos a ordenar, a primordial exigência implícita prende-se com o conhecimento aprofundado dos elementos que fazem parte do dito espaço, em ordem a garantir a sua unidade, princípio a respeitar, não menos fundamental.

O outro princípio de primordial importância e que ombreia com aqueles, é de ordem estética pois, toda a execução do projecto deverá ser levada por diante em sua

---

<sup>15</sup> - ANDRESEN Teresa, *Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian – Francisco Caldeira Cabral e a Primeira Geração de Arquitectos Paisagistas*, pp.35 e 36.

obediência. É ainda Caldeira Cabral que, a propósito, na página 27 da obra já citada nos diz: «tem de ser esta uma das preocupações dominantes da arquitectura paisagista: que as suas obras não vão destruir em caso algum a harmonia de conjunto da paisagem».

Este quadro de factores requer uma capacidade de gestão rigorosa dos recursos necessários à execução do projeto da qual, em grande parte, dependerá a obtenção dos resultados esperados, sejam os de ordem arquitectónica, sejam os de ordem paisagística. Sem que se pretenda aprofundar o tema, permite-se o autor uma breve referência às tarefas de maior importância, como sejam: a assunção de uma abordagem sistémica rigorosa do projeto, a estimativa dos custos envolvidos, as fontes de financiamento, a definição de lideranças e poderes respectivos, a sua hierarquização, a elaboração de um cronograma de seguimento das tarefas, o controle da qualidade da sua execução, a definição das bases da comunicação interpessoal, o controle regular do cumprimento do projeto, a periódica apreciação do estado da arte, a análise periódica dos desvios e suas causas, as correções inerentes, entre outras.

Relativamente aos fins, poderíamos destacar: contribuir para um mais racional, harmonioso, empenhadamente ecológico ordenamento, tanto do território nacional, como do próprio Planeta; incrementar uma mais alargada consciência cívico-ecológica na sociedade em geral e, sobretudo, entre os autarcas e outros detentores do poder político; impulsionar uma mais aprofundada consciência do papel do belo nas nossas vidas, designadamente nos lugares em que vivemos, sejam nos edifícios, ruas e praças, sejam nos jardins e parques; criar as condições básicas para o fomento do gosto e do prazer a desfrutar pelas pessoas que habitam os espaços concebidos e trabalhados pela arquitectura paisagista, o que estimula a criação de laços afectivos entre elas e, desse modo, neles propiciando o seu enraizamento, bem como o seu empenho na valorização e preservação desses mesmos espaços e desse modo, a vida que neles perpassa.

#### **– Critérios estéticos da arquitectura paisagista**

Por critérios estéticos, podemos entender as linhas mestras a que o belo deve atender, enquanto característica dominante de uma intervenção arquitecto -paisagística.

Talvez devamos recordar que, anteriormente, tínhamos já assinalado a importância da unidade e da harmonia, ambas destacadas por Caldeira Cabral a pretexto da concepção naturalista da arquitectura paisagista. Porventura, estas serão as palavras-chave para a questão dos critérios estéticos ser abordada com objetividade. De facto, a riqueza de formas e de cores, tanto as dos materiais trabalhados pela arquitectura, quanto as próprias da natureza - no sentido mais amplo do termo contendo, quer elementos bióticos, quer abióticos - típicas das paisagísticas, a par das variadíssimas tonalidades de ambas, concentram a diversidade indispensável à construção da unidade a que se aspira, pois esta só existe na diversidade. Caberá, depois, à sensibilidade estética dos autores da intervenção a composição da harmonia final do conjunto. Em todo caso, atente-se como jamais «o cânone tomista», sobre o qual discorreremos no subcapítulo 1.5 (pág.30) deixa de marcar presença nos critérios em causa. Recordando-os, trata-se da tríade composta de “proporção”, “integridade” e “esplendor”, enquanto atributos, tanto característicos do belo, quanto do bem. Diz-nos Tomás de Aquino<sup>16</sup>: «« Como se pode deduzir das palavras de Dionísio, à razão de belo ou decoroso concorrem o brilho e a proporção devida». Segundo o *Doctor Ecclesiae*, Deus é belo como «causa da harmonia e do brilho do universo». A beleza do corpo consiste, pois, em ter o homem membros bem proporcionados, com certo brilho harmonioso de cor. Do mesmo modo, a beleza espiritual consiste em ter o homem comportamento e atividade bem equilibrados pelo esplendor espiritual da razão. Mas isso diz respeito à razão de honesto, que declarámos ser idêntico à de virtude, a qual regula todas as coisas humanas de acordo com a razão. Por isso, honesto é o mesmo que beleza espiritual, o que levou Agostinho a escrever: «Chamo honestidade a beleza intelectual, a que damos, propriamente, o nome de

---

<sup>16</sup>-*Suma Teológica de Tomás De Aquino*, Vol.VII, Quest.145, art.2, p.228 (dicendum quod, sicut accipi potest ex verbis Dionysii, 4 cap. de Div. Nom, ad rationem pulchri, sive decori, concurrunt et claritas et debita proportio: dicit enim quod Deus dicitur pulcher sicut universorum consonantiae et claritatis causa.).

espiritual»<sup>17</sup> concluindo, depois: «Há muitas belezas visíveis, às quais cabe menos apropriadamente a denominação de honestas»<sup>18</sup>.

Do mesmo modo, crê o autor tornar-se oportuno recordar o que sobre essa visão de Tomás de Aquino pensava o grande filósofo e semiólogo italiano, Umberto Eco: «a *visio* estética de Tomás de Aquino é um acto de ajuizamento que implica composição e divisão, afirmação de uma relação entre partes e todo, o realçar da docilidade da matéria na forma, a consciência dos fins e da medida nos quais se ajustam»<sup>19</sup>. Sem dúvida que uma tal perspectiva terá de ser parte integrante dos critérios estéticos a que a arquitectura paisagista não poderá deixar de obedecer.

No desenvolvimento das ideias que sustentam o presente capítulo, por diversas vezes tem o autor realçado a importância atribuída por Caldeira Cabral ao lugar do belo na arquitectura paisagista. Ora, é sua convicção que, ao ser tratada uma temática como a que este mesmo subtítulo aborda, com redobrado sentido de oportunidade se deverá registar o teor do genuíno sentir do grande pioneiro deste ramo das artes entre nós, quando escreve<sup>20</sup>: «A beleza deve ser o reflexo espontâneo da boa adequação da obra ao fim proposto, como qualidade intrínseca, e não, como geralmente se supõe, em resultado de uma série de operações posteriores – e, portanto, extrínsecas – chamadas embelezamento».

### – Arquitectura paisagista e natureza

É de admitir não se tratar de exagero se se considerar que a Natureza - no sentido lato do termo que, tal como atrás se referiu envolve, tanto elementos bióticos (aves, insectos, plantas, árvores, etc), quanto abióticos (o relevo, os cursos de água, os mares,

---

<sup>17</sup> - *Suma Teológica de Tomás De Aquino*, Vol. VII, Quest.145, art.2, p228 e 229 (Honestatem voco intelligibilem pulchritudinem quam spirituaalem nos proprie dicimus. Et postea subdit quod sunt multa pulchra visibilia, quae minus proprie honesta appellantur.);

<sup>18</sup> - *Suma Teológica de Tomás De Aquino*, Vol.VII, Quest.145, art.2, p228 e 229;

<sup>19</sup> - ECO, Umberto, *Arte e bellezza nell'estética medievale*, p.167;

<sup>20</sup> - CABRAL, Francisco Caldeira, *Fundamentos da Arquitectura Paisagista*, contra-capá.

etc.) - é a razão de ser da arquitectura paisagista. De facto, enquanto vista como mera expressão de arte plástica, a arquitectura afirma-se, e sempre se afirmou, recorrendo apenas à «natureza mineral», se assim nos é permitido expressarmo-nos, muitas vezes sacrificando a de cariz específica e predominantemente biótico. Não obstante, para se assumir como paisagista, só o será se a abraçar em pleno e sem rodeios, estudando-a, conhecendo-a, atendendo às suas leis, aos seus ritmos, às suas particularidades e caprichos, com ela se fundindo para, unidas, proporcionarem mais ordenada racionalidade ao martirizado território que nós, humanos, vimos esventrando, saqueando, envenenando, explorando sem dó nem piedade ao longo de séculos. Desse modo criará belos espaços, para neles podermos viver condigna e humanamente, com gosto e alegria, pois só assim será possível estimá-los, cuidar deles, valorizá-los e neles nos enraízarmos ao longo de gerações.

Uma vez mais, é Francisco Caldeira Cabral que nos alerta<sup>21</sup> para estarmos atentos porquanto, «depois de tudo concebido e planeado, é necessário que as plantas se desenvolvam, que os terrenos se mantenham com os declives que imaginámos, que as modificações introduzidas no equilíbrio da natureza não venham a produzir efeitos desastrosos, antes conduzam a uma harmonia melhor que a anterior». Eis-nos pois, diante de uma demonstração inequívoca da combinação ideal entre arquitectura e Natureza.

### **– Francisco Caldeira Cabral, o fundador da Escola Portuguesa de Arquitectura Paisagista.**

É plena convicção do autor que este Grande Senhor estará, por mérito próprio e grandeza de espírito, na primeira linha da restrita lista de personalidades que ele classifica como “portugueses raros”. É que, tal como a História que nos tocou em sorte o demonstra, ser possuidor de uma “visão” de mudança verdadeiramente transformadora - essa feliz combinação entre sonho e ideal, ao serviço de uma inteligência luminosa e de uma vontade indómita - numa perspetiva de um futuro mais justo, mais solidário e com

---

<sup>21</sup> - CABRAL, Francisco Caldeira, *Fundamentos da Arquitectura Paisagista*, p.30.

padrões de dignidade e de vida coletiva humanamente aceitáveis, é uma característica que, persistentemente, tem escasseado sobremaneira, entre aqueles que têm tido nas suas mãos a condução dos nossos destinos, não só enquanto povo, mas também enquanto nação mais antiga da Europa.

Ora, quando: - se é recém-formado engenheiro agrónomo pelo Instituto Superior de Agronomia, com 28 anos de idade, em 1936 e, logo de seguida, se decide ir muito mais além, especializando-se numa matéria totalmente desconhecida no seu país, a qual se afirma no séc. XX para responder aos desafios da modernidade, apesar das suas remotas origens<sup>22</sup>, optando por se formar em arquitectura paisagista na Universidade de Berlim, “arranhando” o alemão, curso concluído 3 anos mais tarde, em pleno salazarismo e numa Europa à beira do maior conflito bélico que a assolou, para logo de seguida regressar ao seu país;

- uma vez regressado, se toma a iniciativa de criar o Curso Livre de Arquitectura Paisagista no dito Instituto Superior de Agronomia, formar profissionais numa área de actividade sem tradições, num país pobre e entre os mais atrasados da Europa, em todos os aspectos da vida colectiva;

- pela qualidade do trabalho desenvolvido ao longo dos anos, se começa a dar corpo a uma Escola de Arquitectura Paisagista, que o é por os profissionais por si formados se terem tornado uma autoridade, quer no domínio do conhecimento desta arte, quer no da mudança nas formas de a praticar, quer ainda e principalmente, no da alteração do padrão de mentalidade provinciana então dominante, no que ao ordenamento do território dizia respeito;

- se inicia a conquista interna de respeitabilidade profissional, enquanto a face do território nacional se vai, a pouco e pouco, qualitativamente alterando e se começa a granjear prestígio internacional;

---

<sup>22</sup> - ANDRESEN, Teresa, prefácio da 2ª edição de *Fundamentos da Arquitectura Paisagista*, de F. Caldeira Cabral, 2003.

- se é agraciado com o Prémio da Fundação Fritz Schumacher para o Ordenamento da Paisagem, em 1965;

- se é Doutor Honoris Causa pelas Universidades de Hannover (1971) e Évora (1980);

- se é oficialmente reconhecido Grande Oficial da Ordem da Instrução Pública, vice-Presidente e Presidente da IFLA (Internacional Federation of Landscape Architecture) e membro de várias instituições nacionais e estrangeiras;

- se dirige cursos de arquitectura paisagista em Universidades como as de Berkeley, Newcastle, Atenas, Michigan, Pennsylvania, Madrid, Zaragoza, Hannover, Tóquio e Évora, entre outras;

- se profere inúmeras palestras e conferências nestas e noutras cidades por esse mundo fora;

- se é correspondente da “Arbeitskreis der Landschaftsanwälte”, da American Society of Landscape Architects, sócio honorário do IFLA e membro de júris de concursos internacionais na Alemanha, Espanha e Portugal;

- para além da atividade académica no ISA, se é coordenador do Centro de Estudos de Arquitectura Paisagista deste mesmo Instituto e se está profundamente ligado, quer à Liga da Protecção da Natureza, quer à Sociedade Portuguesa de Geografia ;

- numa conferência proferida nesta mesma Sociedade, na década de 60 do século passado, se tem a coragem de denunciar o descalabro que começara a verificar-se com os loteamentos do Algarve vendidos a estrangeiros, para fins turísticos, sem obedecer a qualquer planeamento;

- nesta mesma conferência e face a esta flagrante denúncia, a propósito de uma célebre frase de Salazar, que declarava que «Portugal não estava à venda», se deixa este aviso profético: «talvez Portugal não esteja à venda por grosso, mas está a retalho»;

- a par de tudo isto, se é um homem de cultura, um modelo de humanista, e se é ainda um paladino da humildade e da modéstia, convenhamos que, num panorama de declarada pobreza de personalidades nacionais importantes internacionalmente reconhecidas, tal como o era o nosso à época, Francisco Caldeira Cabral volve-se, sem a menor sombra de dúvida, um “português raro”.

Para além dos perfis enquanto ser humano, académico, cidadão e profissional, importaria também pôr em destaque o papel de Francisco Caldeira Cabral na qualidade de fundador da “Escola de Arquitectura Paisagista Portuguesa”. Tenha-se em atenção que não se trata de uma fundação que obedeça a formalidades que, tradicionalmente, lhe possam estar associadas. Não! É que, se assim fosse, o facto limitar-se-ia, literalmente, a ficar no papel, apenas constando do respetivo decreto-lei. Neste caso, porém, ele fica na nossa própria história, de tal modo a inteligência, a sensibilidade estética, o humanismo, o espírito de iniciativa, as ideias, porventura o patriotismo, até, e a acção de Caldeira Cabral no domínio da arquitectura paisagista, se fizeram sentir na evolução do país.

O estatuto de “Escola”, no sentido filosófico do termo - pois, é disso que se trata - adquire-se, sempre que um conjunto de académicos e profissionais, por virtude de inovações qualitativas de um dado ramo de conhecimento de que são detentores, quando aplicadas à vida prática de uma comunidade, região, país ou área geográfica alargada, operam mudanças qualitativas importantes nos destinos dos povos que neles vivem, desse modo acrescentando valor aos modelos existentes, ou, pura e simplesmente, tornando-os obsoletos. Gera-se, então, um padrão diferenciador de práticas, amplamente reconhecido, tanto nacional como internacionalmente, que permite a esse escol ocupar um espaço próprio que o caracteriza. Foi justamente este o caso em que Francisco Caldeira Cabral se destacou, por exemplo, ao criar o Curso Livre de Arquitectura Paisagista, em 1942, que não existia em Portugal, recorde-se. Na sequência desta notável inovação, surge uma verdadeira plêiade de arquitectos paisagistas, entre os quais se destacaram Manuel de Azevedo Coutinho, Fernando Santos Pessoa, Edgar Fontes, Gonçalo Ribeiro Telles,

Ilídio de Araújo, António Campello, Viana Barreto, Álvaro Dentinho e Manuel Sousa da Câmara.<sup>23</sup>

Note-se que, tendo este acontecimento ocorrido no seguimento do seu regresso a Portugal após ter cursado Arquitectura Paisagista em Berlim, Caldeira Cabral foi protagonista de uma série de intervenções notáveis, em campo. Apenas a título de exemplo, referiremos as que tiveram lugar no Estádio Nacional, em Lisboa, no Plano Director de Lisboa, na transformação da Avenida da Liberdade, em Lisboa, na estruturação dos serviços de espaços verdes, em Lisboa, nos primeiros grandes projetos portugueses de rega por aspersão, como o das vinhas da Casa do Cadaval, nas plantações de açúcar do Incomáti, em Moçambique, nas plantações de café, em Angola. Marcou, também, presença de destaque em inúmeros projetos e planos de urbanismo em todo o país, bem como em projectos de integração paisagista de escolas, infraestruturas, instalações desportivas, indústrias.<sup>24</sup>

O seu discípulo Fernando Santos Pessoa, realça ainda que, «de todas as suas intervenções retirava sempre consequências para o ensino, e os alunos eram confrontados, ao longo do curso, com exemplos concretos da actividade profissional»<sup>25</sup>.

Caldeado por um estilo e modo de estar como os que atrás se referiram, apenas a título de exemplo; “esculpindo” os seus futuros arquitectos paisagistas de acordo com o seu modelo fundado numa estética e numa ética muito próprias, qual inusitado escultor de mentes e almas; tendo em linha de conta que, pelas leituras e pesquisas levadas a cabo ao dito modelo, eles o terão apaixonadamente adoptado, é uma evidência que, a todos os títulos, Francisco Caldeira Cabral não pode deixar de ser, dir-se-ia, unanimemente, reconhecido como o verdadeiro fundador da Escola Portuguesa de Arquitectura Paisagista.

---

<sup>23</sup> - PESSOA, Fernando Santos *in* Elegia a Francisco Caldeira Cabral, ou, elogio da Arquitectura Paisagista, “Fundamentos da Arquitectura Paisagista”, *Opus Cit.*, p.15;

<sup>24</sup> - *Idem*;

<sup>25</sup> - *Ibidem*.

## – O belo na arquitectura paisagista portuguesa

Facilmente se concluirá que é pela mão de Caldeira Cabral e dos seus discípulos, que o belo se começa a afirmar na nossa arquitectura paisagista. No sub-capítulo anterior, demos conta de algumas das intervenções da autoria do mestre. Até que ponto os seus seguidores diretos se mostraram fiéis à presença do belo nas suas intervenções nos moldes por ele preconizados, implicaria uma pesquisa no campo com alguma dimensão, à qual o autor teria de se dedicar. Em todo o caso, tendo em atenção o teor das leituras e do estudo por si levados a cabo, é convicção sua de que todos eles se terão empenhado em ser-lhe fiel. No entanto, ocorre-lhe citar algumas dessas obras, por ele próprio reconhecidas como sendo de cunho cabralista, e que tiveram lugar em Lisboa. A alameda do Parque Eduardo VII é, declaradamente, uma bela obra de arquitectura paisagista. O mesmo se pode dizer dos jardins da Gulbenkian, da autoria do mais famoso dos seus discípulos, Gonçalo Ribeiro Telles, ou da alameda Afonso Henriques. A enorme mancha verde inserida numa faixa urbanística de grandes dimensões, que são os jardins do Campo Grande, responde às exigências da presença do belo na arquitectura paisagista portuguesa, sendo produto da sua Escola; o Estádio Nacional e o seu enquadramento no extremo da mata de Monsanto e junto ao rio Jamor, obra também ela da autoria de Caldeira Cabral; os trabalhos de permanente manutenção e recuperação da mata de Monsanto, o famoso “pulmão” da capital, sem esquecer os espaços de lazer e convívio que foram sendo criados no seu interior, estarão em linha com o belo preconizado pela Escola Portuguesa de Arquitectura Paisagista; o mesmo se pode dizer de Serralves, no Porto; do jardim do Paço episcopal de Castelo Branco; dos jardins de Seteais, em Sintra; da baixa de Cascais; da urbe muralhada de Évora; a Tapada da Ajuda, em Lisboa.

Há, não obstante, um factor da realidade que muito terá contribuído para o declínio da arquitectura paisagista no nosso país, o qual foi já posto em destaque no subcapítulo anterior, a propósito do “aviso profético” feito por Caldeira Cabral no decurso da sua célebre conferência na Sociedade de Geografia, nos anos 60. É que, é

precisamente nesta década que se assiste ao nascimento e expansão do patobravismo (passe o tom grosseiro da linguagem) na construção de áreas habitacionais e de turismo, que viram nesse facto um sinal de desenvolvimento e progresso, quando afinal se tratou de um enorme crime de lesa-paisagem, legalizado, com a larvar cumplicidade de distintas autoridades locais e centrais, que lhe deram total cobertura. É justamente a esse tema que o próximo subcapítulo se dedicará.

### **– O apagamento da arquitectura paisagista em Portugal**

Apesar de se tratar de uma realidade que entristece profundamente o autor, o sentimento que o percorre é o de que ele não pode deixar de desenvolver o tema em subtítulo, atendendo ao contexto em que a arquitectura paisagista vem sendo abordada neste capítulo, tendo em consideração a natureza da causa que está na origem do enfraquecimento do seu papel no ordenamento do nosso território, a partir da década de 60 do século passado, tal como foi dito.

É de admitir que o termo que adiante surgirá de novo, roce um pouco a grosseria da linguagem, tal como anteriormente se alertou mas, tendo-se o mesmo popularizado e sido amplamente aceite, o facto é que ele passou a ser sinónimo de algo que traduz com clareza a carga crítica arrasadora da negatividade que contém, espelhando com irónica agudeza o esbulho construtivista pacóvio que mudou miseravelmente a face do país. O patobravismo e o triunfo que conheceu entre nós, a par de tudo o que lhe está direta e indiretamente associado é, pois, a causa principal do apagamento sofrido pela arquitectura paisagista.

Para se ser mais objetivo, queremos referir-nos: à monstruosidade dos espaços edificados; à fealdade de que gozam; aos mais variados interesses rasteiros por parte dos mais diversos grupos; ao facto de tais interesses se situarem, tanto a montante quanto a jusante do sector da construção civil; à irracionalidade dos projetos de urbanização; aos jogos de poder disputados sobre um “tabuleiro” chamado território nacional; aos autênticos crimes de lesa-paisagem; à corrupta cumplicidade de autarcas

e outros governantes, para além de outros factores cujos graus de implicação serão de menor escala, embora de importância variável.

Como facilmente se deduzirá, esta “vaga” arrasadora - que deu origem à proliferação de autênticas florestas de betão por todo o país - arrastou a arquitectura paisagista para o declínio, condenando-a ao seu progressivo mas rápido apagamento, remetendo-a para intervenções públicas menores e sem impacto de relevo, ou para as de carácter meramente privado, fiéis a padrões de qualidade e bom-gosto relevantes, próprios de quem sabia o que queria.

Ante um quadro de semelhante jaez, perguntar-se-á: afinal, por que “paragens” andaria o ordenamento do território, nesses anos de brasa do “salve-se quem puder”, do “fartar vilanagem” e do “vale tudo sem olhar a quem”, com o “J. Pimenta-Lda” a capitanear o desmando? Para responder a esta questão, valerá a pena recordar as palavras do mais conhecido discípulo de Francisco Caldeira Cabral, Gonçalo Ribeiro Telles que, no prefácio da 1ª edição do *opus magnum* do grande mestre, nos relata<sup>26</sup>: «referimo-nos ao incremento das monoculturas, especialmente das florestais; à aplicação da agroquímica, desprezando o emprego da matéria orgânica na fertilização dos campos; à destruição da zonagem e da compartimentação da paisagem; ao alastramento indiscriminado da urbanização; à construção insólita e desintegrada do espaço físico de infraestruturas várias; à canalização de ribeiras e impermeabilização de margens de linhas de água e de áreas de máxima infiltração – tudo isto tem conduzido à erosão do solo em extensas áreas, a alterações prejudiciais ao clima e microclimas, à simplificação e desertificação das paisagens, à pobreza e despovoamento das zonas menos favorecidas do País».

Convenhamos que se trata de um panorama francamente desolador e repugnante, à sombra do qual se assistiu, principalmente em torno das grandes cidades, à

---

<sup>26</sup> - PESSOA, Fernando Santos *in* Elegia a Francisco Caldeira Cabral, ou, elogio da Arquitectura Paisagista, “Fundamentos da Arquitectura Paisagista”, *Opus Cit.*, p.17.

proliferação dos bairros “Jamaicas”, como no Seixal, dos bairros “Azuis”, como em Setúbal, às “Odivelas”, às “Águalvas”, aos “Cacéns”, às “Quarteiras”, às “Tróias”, às “Caneças”, ao desfigurar de vilas pitorescas como, Ericeira, Sesimbra, Albufeira, Praia da Rocha, Armação de Pera, da própria Sintra, apenas para citar alguns casos, emblemáticos pela irracionalidade, pelo mau-gosto, pela fealdade, expressões do inefável patobravismo no seu esplendor, cabendo o prémio da maior, entre as inumeráveis aberrações edificadas ao longo do país, ao infelizmente famoso “prédio Coutinho”, na cidade de Viana do Castelo. Contudo, justiça seja feita, crê-se que apenas uma região terá escapado ao descabro: o Alentejo que, exceptuando um outro caso isolado, terá conseguido preservar a sua identidade e pureza. Note-se que, anos mais tarde, após a adesão à então CEE, o patobravismo refinou-se, adquiriu outros modos, outro linguajar e, em paralelo, passou a dedicar-se à construção de IP, IC e, sobretudo, de autoestradas, com o beneplácito e total empenhamento do governo desse grande “estradista” que foi Aníbal Cavaco Silva, cujo estilo deixou fiéis seguidores.

É ainda Ribeiro Telles que, a dado passo do seu prefácio à 1ª edição da emblemática obra de Caldeira Cabral<sup>27</sup>, lembra as palavras do mestre ao apontar a erosão como um dos mais graves problemas que, à época, assolavam o território nacional, mal que continuava a expandir-se sem se atender às consequências dele resultantes, posto que é provocado pela ação humana ao destruir o coberto vegetal, «na ânsia de obter lucro o mais rapidamente possível, retirando do solo a riqueza natural acumulada por gerações sucessivas de agricultores». E mais adiante, chama-nos ainda a atenção para práticas insanas, aquele ecologista-militante que sempre foi: «a destruição da manta viva da crosta terrestre continua a verificar-se por todo o lado em nome do progresso e da modernização da agricultura, não se fazendo caso das judiciosas considerações feitas então pelo Prof. Caldeira Cabral<sup>28</sup>». E ainda a pretexto dos alertas

---

<sup>27</sup> - *Fundamentos da Arquitectura Paisagista*, p.20;

<sup>28</sup> - *Idem*.

acerca das consequências da erosão, afiança: «são visíveis e dolorosos os taludes descarnados, cortados à faca, das novas vias de circulação, as margens impermeabilizadas e até leitos betonizados das linhas de água, a destruição de muitas ribeiras, canalizadas, e a sistemática destruição pelas lavoras estivais das linhas de drenagem naturais».

É de crer que venha a ser muito elevado o preço a pagar pelas novas gerações, face aos desmandos cometidos sobre grande parte do território nacional por gente sem escrúpulos, apenas movidos por ambições sem freio, por egoísmo e ganância. Falecido em 1992, presume-se que, para um patriota humanista que valorizava sobremaneira o belo e a Natureza, em comunhão com uma arquitectura paisagista que a respeitasse, Francisco Caldeira Cabral não se tenha mostrado imune ao rumo então traçado para “desenvolvimento e o progresso” do país que tanto amava. Não será, pois, estultícia, admitir o quanto todos esses factos o terão atormentado, tanto mais que os alertas por si lançados foram, pura e simplesmente ignorados, embora se tenham mostrado proféticos, como é próprio dos sábios.

Sem dúvida que se estremece de desencantamento e até mesmo de desesperança, quando confrontados com um panorama ecológico como o retratado por testemunhos de compatriotas nossos da estirpe destes dois grandes arquitectos paisagistas. De facto, a sua arte-bela (ainda para mais, tendo em linha de conta tempos como os que hoje se vivem), nos anos vindouros estará condenada ao apagamento a que a remeteram, se é que não para todo o sempre, pois, começa a ser francamente improvável a hipótese de reversão do estado a que as coisas chegaram.

### **– O poder e o declínio da arquitectura paisagista**

Eis-nos face a uma temática crucial, enquanto seres racionais, sensíveis e por natureza gregários, para que nos seja possível criar condições que garantam a nossa existência, em todos os domínios das características que nos singularizam: o poder e o seu exercício.

Seja na condição de indivíduos, ou na de famílias, grupos, comunidades, sociedades, regiões, países, mundo, culturas, enfim - expressemos-nos nós das formas mais animalescas, ou por via das espiritualmente mais elevadas, posto que, de ambas as estirpes somos feitos - indesmentível é o facto de existirmos sob um complexo e infindável manto tecido de relações de interdependência, não obstante a maior, ou menor, autonomia de que gozemos.

Tendo por chão um planeta que não passa de um minúsculo grão de areia suspenso neste imenso Universo sem fim, há fortes indícios de que, pelos nossos próprios meios, jamais conseguiremos desvendar grande parte do que nos oferece o “oceano” de mistérios em que estamos mergulhados, apesar de muitos dos mais talentosos de entre nós, ao longo de séculos e séculos, a isso se terem incansavelmente dedicado, sem o conseguirem.

Não obstante, será de toda a justiça manifestarmos-lhes a mais franca e sincera das gratidões porque, sem essa denodada entrega, os níveis de desenvolvimento e progresso alcançados por todos nós, humanidade, jamais teriam sido possíveis, para lá dos muitos erros que foram ficando pelo caminho, ou não fossem eles o que de mais humano existe.

O que não permite dúvidas é o facto de não nos ser possível existir, sem que se faça uso dessa inigualável energia transformadora, de nós próprios e de tudo o que nos rodeia, que é o poder. Curioso é, note-se, conter aquela mesma realidade factual de interdependência, implícita em si mesma, uma antiga norma que valoriza o mais elementar respeito recíproco, atribuída a Confúcio, cujo cumprimento está à altura de qualquer ser humano, seja ele o mais humilde analfabeto, ou o mais arrogante dos doutores.

Como todos sabemos por experiência própria, sendo as coisas o que são, passam a ser algo muito diferente a partir do uso que delas fazemos. Neste pressuposto, o certo é que, quando usado, o poder se torna um instrumento particularmente permeável aos mais diversos fins. Esta reflexão traz-nos à memória um velho e sábio ditado muito

nosso, que assenta que nem uma luva ao exercício do poder: “se queres conhecer o vilão, põe-lhe uma vara na mão”.

Ora, se ao fazer-se uso do dito poder, tanto a nível individual, como a qualquer outro de carácter coletivo, ou institucional, tivéssemos tido a consciência ética de o levar a cabo em sintonia com a “regra de ouro” enunciada pelo grande mestre chinês, estaríamos, hoje, humanidade, num mundo muito diferente do dos nossos dias; estaríamos, hoje, portugueses, num país muito diferente do que é o nosso; estaria hoje, o território nacional, dispendo de um ordenamento muito diferente daquele que temos; desfrutaríamos, hoje, todos nós, de uma pujante e saudável arquitectura paisagista. Bastaria, para tanto, “fazermos aos outros o que gostaríamos que eles nos fizessem», tal como estipula a dita «regra de ouro», pois, no fim de contas, todos somos os outros.

Não era, de modo algum poderia ter sido, nem ele é detentor de saber e talento que o permitisse, intenção do autor elaborar um texto de conteúdo filosófico profundo, em torno de um tema tão exigente, vasto e complexo, como o é o do exercício do poder, as relações que tece e as consequências delas decorrentes. Pretendeu-se, sim, unicamente, demonstrar o modo como o seu uso esteve ao serviço de desejos e projetos espúrios, causadores diretos do declínio e apagamento de uma arte-bela e tão profundamente ligada à Natureza, como o é a arquitectura paisagista.

Com as suas práticas a todos os títulos condenáveis e numa demonstração clara de desrespeito pela figura desse português raro a que tanto devem, senhor de uma honestidade intelectual a toda a prova, desfiguraram boa parte de um território que é o nosso, no qual vivemos, nos movemos e temos o nosso ser, e que muitos de nós amam, de alma e coração.

Tivemos, portanto, ocasião de aceder a um variado conjunto de elementos, os quais nos possibilitaram aferir da quota de “vilanagem” que nos coube num dado período da nossa história recente, no que concerne ao ordenamento do território que é o nosso chão,

muito embora se reconheça termos nós, neste campo, assistido a uma mudança qualitativa de rumo nos últimos anos.

Pelo que atrás se disse, embora se trate de uma clara utopia, interroga-se o autor em saber, se não deveria a “regra de ouro” de Confúcio<sup>29</sup> constar como o primeiro artigo da Constituição de qualquer país verdadeiramente fundado na justiça e na paz, livre e solidário, na base do qual assentaria toda a organização da vida coletiva dos seus cidadãos, nos planos administrativo, político, social, económico, financeiro, ecológico e demais áreas que se mostrassem necessárias

---

<sup>29</sup> - Também presente do Evangelho de Mateus, 7,12.

### **3 – A arquitectura paisagista num planeta em agonia**

É convicção do autor existir uma relação direta, entre a tragédia da emergência ecológica resultante da ação humana que se abateu sobre este martirizado planeta, e o declínio e apagamento da arquitectura paisagista.

É um facto amplamente reconhecido que, só muito recentemente, uns quantos de nós por esse mundo fora, começámos a dar-nos conta de uma maneira séria, ou seja, a tomar consciência efetiva, de que estaríamos perante uma questão bastante delicada: a poluição do planeta a níveis avassaladores. À época, pela década de 60 do século passado, nem sequer a palavra ecologia fazia parte do nosso vocabulário.

Os grandes contributos para esse despertar foram sendo dados pelos sucessivos e gigantescos derrames de crude, resultantes de acidentes ocorridos em navios petroleiros de grandes dimensões em várias partes do mundo, cujas consequências visíveis se traduziam na morte de milhões e milhões de peixes e aves marinhas que nos impressionavam grandemente, e também na poluição de praias e vastas áreas de costas marítimas. Em abono da verdade, reconheça-se o papel fundamental dos meios de comunicação social, em especial da televisão, obviamente, para o impacto que o tema poluição ia granjeando junto das populações, ao divulgarem estas funestas ocorrências.

Outro contributo importante foi dado pela ciência. Deve-se às muitas pesquisas levadas a cabo por vários centros de investigação e universidades espalhados pelo mundo e cujos resultados iam sendo tornados públicos, a nossa familiarização com fenómenos como o dos buracos do ozono na atmosfera, da emissão dos gases com efeito de estufa, da tendência para o aumento médio da temperatura do ar como efeito direto desse fenómeno, da doença da vacas loucas, da gripe das aves, do problema dos tratamentos dos resíduos industriais, ou o dos lixos e esgotos domésticos, ou o das águas residuais, a par das tragédias decorrente das secas prolongadas em África, que já por essa altura se faziam sentir, entre muitos dos casos ecologicamente relevantes.

É também por esses anos e a pouco-e-pouco por todo o mundo, que se começa a assistir ao aparecimento da indústria do turismo, fenómeno que tem consequências diretas na necessidade de criação de um conjunto de infraestruturas indispensáveis à sua exploração. É o caso das estradas, dos aeroportos, da renovação e modernização de instalações portuárias e, principalmente, da construção de hotéis nas cidades e junto às orlas marítimas, a par de núcleos turísticos em locais paisagisticamente privilegiados. Por outras palavras, assiste-se à explosão sem limites da construção civil e das obras públicas, e Portugal, desta vez, não se deixa atrasar; à sombra deste crescimento desmedido, nasce o nosso patobravismo e as modalidades a que daria origem.

Ora, na medida em que se tratou de um fenómeno generalizado à escala planetária, a corrida aos recursos necessários para lhe dar respostas adequadas não se fez esperar, o que daria origem ao progressivo mas acelerado aparecimento da verdadeira questão ecológica. Ou seja, o capitalismo rapace conhecera, enfim, o seu esplendor, e nem sequer a grande União Soviética se mostrou capaz de resistir à avalanche de mudança acelerada que o mundo atravessava, desfazendo-se como um castelo de cartas no início dos anos 90.

Apesar de não dispormos de dados oficiais que sustentem o facto de esta corrida massiva aos recursos naturais estar na origem do início da emergência climática, é com base nas frequentes notícias tornadas públicas e também numa relação lógica entre ambos os fenómenos que o afirmamos convictamente. Por outro lado, tratando-se de algo que vinha ocorrendo à escala planetária e não sendo a arquitectura paisagista uma arte-bela exclusivamente lusa, terá ela conhecido destinos semelhantes, quer nos países que viram no turismo uma oportunidade de desenvolvimento única, tal como aconteceu entre nós (a ponto de ser hoje o sector que mais contribui para o nosso PIB), quer entre os que engrossaram a vaga de consumismo voraz que desde os ditos anos 60 têm vindo, progressiva e consistentemente, a varrer a denominada civilização ocidental.

Neste pressuposto, fará todo o sentido concluir que, tal como implicitamente refere o subtítulo acima, encontrando-se o planeta num estado de franca agonia ecológica (à

beira de uma tragédia de enormes proporções que muitos especialistas e estudiosos dos fenómenos climáticos extremos admitem ser já irreversível, por virtude da desmesura e da rapacidade da ação humana, sem esquecer as consequências de uma guerra absurda que agravou sobremaneira o arranque de projetos de reversão do caos ecológico atual, pondo-o totalmente em causa), ela estará na origem do início do declínio e apagamento da arquitectura paisagista por todo mundo, embora em gradação variável nas sociedades em que o fenómeno teve lugar.



## 4 – Considerações finais

- Crê o autor que o texto da dissertação ora concluída, é razoavelmente fiel ao seu título, uma vez que demonstra ser notória a presença do belo na Escola Portuguesa de Arquitectura Paisagista, pois o seu fundador, na obra de sua autoria que fundamenta o seu pensamento sobre esta arte tão particular que tem na natureza, em sentido lato, a sua razão de ser, pugna por valorizar sobremaneira o lugar que a beleza nela ocupa, tornando-se a própria beleza a espinha dorsal do espírito de que a Escola enforma;

- As obras de Tomás de Aquino a cujo estudo se recorreu para a elaboração da dissertação são, quanto a nós, bem reveladoras, tanto da personalidade do homem devotadamente aristotélico, como da dimensão mística caracterizadora dessa opção de vida precocemente assumida pelo grande *Doctor Ecclesiae*. No entanto, quando nos damos conta da extensão do que escreveu e da abrangência dos temas que lhe dão corpo, emudecemo-nos de espanto, sendo desde logo assaltados pela interrogação de tentar perceber como foi ela possível. Não nos repugna confessar que, nada mais nos restou que rendermo-nos à superior inteligência com que a natureza o premiou;

- Na verdade, fica-se literalmente boquiaberto, ao sermos confrontados com o facto de alguém que, sendo possuidor de tão escasso conhecimento empírico decorrente da sua condição de monge dominicano - inteiramente dedicado ao estudo dos assuntos da teologia e da filosofia, bem como ao ensino, à reflexão, à oração e ao apostolado intelectual, tendo na renúncia voluntária às coisas mundanas e na castidade os princípios basilares da sua conduta - dê provas mais que concludentes, quer em ter sido dotado de um profundo discernimento lógico-dedutivo que muito o aproxima da realidade das coisas, quer de uma raríssima aptidão analítica no plano da psicologia humana, quer ainda de um talento literário único, sem esquecer a sua incansável capacidade de trabalho. Não é, pois, exagero, afirmar-se que, por certo, Tomás de

Aquino se achará entre os maiores, mais eloquentes e dignos filhos da humanidade, que às mais nobres das suas causas dedicou toda uma vida;

- Em todo o caso, é igualmente de registrar o que hoje se denominaria de alguma carência de sensibilidade pedagógica, facilmente detetável em várias das passagens dos seus comentários quando não explica, ou não aprofunda, as ideias que expõe, ou os conceitos que as sustentam, iniciativa que muito facilitaria a compreensão do que pretende transmitir;

- Ligada a esta consideração está uma outra que não podemos deixar de mencionar: a ambiguidade que incide entre o bem, «que é aquilo para o qual tudo tende»<sup>1</sup> - ou, como na tradução de um outro autor, «que é o que todos os seres desejam», bem esse que, na nossa perspectiva, se enquadra no domínio dos sentidos, pois, se refere «propriamente ao apetite» (razão pela qual este bem não pode deixar de ser entendido como bom) - e o bem «que obedece a um princípio universal porque, aquilo que de Deus procede visando as criaturas, é-lhes proporcionado graças à Sua bondade»<sup>2</sup>, posto que, ela mesma, é divina essência. Assim definido, este bem outro entendimento não terá que o de virtude suprema. No fundo, o *magíster* dominicano não procede com clareza à separação das águas, o que não deixa de causar alguma surpresa;

- Na óptica de Aquino, o belo não é merecedor de ser considerado um conceito transcendental, uma vez que não é extensivo a qualquer ente, mas «apenas àqueles cuja apreensão compraz», ou seja, aos que correspondem a determinados critérios de plenitude, ou perfeição. Todavia, quando se está ante um fenómeno que consubstancia um dos mais fascinantes mistérios da Criação, dado que se reveste de uma inegável intemporalidade sendo, em simultâneo, reconhecidamente de expressão universal, quer porque premeia todas as coisas e seres, quer porque marca presença em todos os lugares (sejam os mais recônditos, sejam os mais atrativos e conhecidos), quer ainda, e por

---

<sup>1</sup> - "Suma Teológica de Tomás de Aquino", Vol.I, Questão 5, art.4, pp. 200;

<sup>2</sup> - "Commento ai Nomi Divini di Dionigi", Vol.I, Cap.4, Coment.261, pp.275.

maioria de razão, porque se está face a uma característica inata com a qual todos os seres humanos foram dotados, uma tal explicação soa a pouco convincente;

Além do mais, sendo a beleza fruto da capacidade criadora do seu adorado Deus - que, conforme se mostrou, Aquino louvou e glorificou incansavelmente e que por Ele é generosa e desinteressadamente espalhada por tudo e por todos - menos se compreende a sua relutância;

Registe-se também, a propósito, o facto de o *Doctor Communis* nunca ter valorizado um outro elemento da maior importância, o qual é igualmente obra do mesmo Deus: o de ter dotado o Homem de semelhante capacidade criadora, de que a arte é a expressão mais viva e nobre. Estranha-se, pois, as reservas manifestadas por Aquino em classificar o belo como transcendental;

Nem a propósito, vem-nos à memória a atitude de destemor assumida pelo académico e filósofo húngaro Francis J. Kovach, a pág. 214 da sua obra monumental *Die "Asthetik des Thomas von Aquino"*, a qual se traduz no comentário seguinte: «o belo é o mais rico, o mais nobre e o mais compreensivo de todos os transcendentais. Ele é o único transcendental que inclui todos os outros transcendentais»<sup>3</sup>;

- Em balanço de fim de jornada, está o autor da dissertação convicto de que a contemplação de tudo o que traz consigo a chancela única da beleza, constitui um dos mais fascinantes mistérios que nos tocou em sorte, a nós, humanos. Detectá-la, descobri-la, é uma capacidade inata que possuímos e nos permite desfrutar de uma existência bem mais prazerosa, alegre e ornada de esperança, capaz, até, de dar lugar ao sonho, porque dela desfrutamos, porque ela nos enche de maravilhamento e em nós gera inegável leveza de espírito;

O seu conhecimento, se bem que intrinsecamente ligado à sensorialidade, revela-se um fenómeno especificamente humano, na medida em que exige alguém capaz de reflectir e de compreender a harmonia em tudo quanto existe. Desfrutá-la, seja ela

---

<sup>3</sup> - "Medieval Philosophy and the Transcendentals", de Jan Aertsen, pp.173, BRILL, Leiden-Boston, 2012.

natural ou artística, traduz-se num deleite que, de facto, conjuga tudo o que somos, enquanto humanos: emoção e paixão, sensibilidade e razão, inteligência e imaginação. Revelamo-nos, deste modo, detentores de um prazer espontâneo e desinteressado, quase em estado puro, frente ao qual contemplando-a, ou escutando-a, sobretudo, não a desejamos possuir, alterar, modificar, ou o que quer que o nosso criativo “egoísmozinho” possa engendrar. Cultivá-la, no fundo, estará entre as formas de demonstração de mais profunda gratidão para com a Vida;

- Nesta linha de observação, não se resiste a dar nota de uma curiosidade aplicável a uma outra expressão de enorme beleza, toda ela, por inteiro, fruto da capacidade criativa inata no ser humano: a música. De entre as obras de sua autoria consultadas para emprendermos esta dissertação, verificámos não ter Tomás de Aquino dedicado uma simples reflexão que fosse ao que apraz ao ouvido, excluindo dos seus temas de interesse este belo tão particular, talvez a mais elevada manifestação do espírito humano. Não obstante, tenha-se presente que o canto gregoriano, género criado entre os séc. (s). VI e VII da nossa era foi, no seu tempo, expressão privilegiada da glorificação e louvor ao seu Deus, praticada por congéneres seus de diferentes ordens monásticas. Pelo que atrás se afirma, é de crer que o belo tenha despertado no intelectual dominicano muito mais a atração e o maravilhamento do teólogo, que os do filósofo, porventura, muito menos ainda, os do hipotético esteta que nele pudessem estar adormecidos;

- Aqui chegados, dir-se-ia ter-se tornado urgente e indispensável, sobretudo nos tempos que são os nossos, recordar a mensagem do Papa Paulo VI aos artistas - por certo, necessariamente, extensiva a todos os humanos dos nossos dias - proferida no dia 8 de Dezembro de 1965, no âmbito do Concílio Ecuménico do Vaticano II<sup>4</sup>: ”O mundo tem necessidade de beleza para não se afundar no desespero. A beleza, como a verdade, é aquilo que infunde alegria nos corações dos homens; é aquele fruto precioso que

---

<sup>4</sup> - MONACHESE, Angela, “Tommaso d’Aquino e la Bellezza”, Armando Editore, Roma, 2016, p.16.

resiste à consumição do tempo, que une gerações e as faz comunicar no maravilhamento”;

- Relativamente a Francisco Caldeira Cabral, não haverá muito mais a acrescentar ao que o texto da dissertação regista. De facto, temos alguma dificuldade em encontrar personagem de relevo entre «aqueles que por obras valorosas se vão da lei da morte libertando», que consigam reunir em si as qualidades humanas, o talento artístico, o militante espírito inovador, o sentido de modernidade, a capacidade de iniciativa, o querer que opera a mudança efetiva do *status quo*, as reconhecidas humildade e modéstia de que deu provas, o prazer em divulgar junto dos seus alunos os conhecimentos que ia adquirindo, o construtor de um verdadeiro escol de arquitectos paisagistas, que granjeou prestígio de relevo no país e no estrangeiro, enfim....

Resta-nos apenas uma interrogação última a que não resistimos: como foi possível, em nome dos “ventos” soprados por Abril, sanear este Professor Doutor do seu Instituto Superior de Agronomia, pelo qual tanto tinha lutado e que tanto amava, por ele alcandorado a níveis de prestígio nunca antes vistos?

- Quanto à Escola Portuguesa de Arquitectura Paisagista de que foi fundador, talvez estejamos em presença de uma caso em que a coisa amada se confunde com o amador. Na verdade, dir-se-ia que tudo o que arquitetónica e paisagisticamente Caldeira Cabral simbolizava, esteve contido no corpo de ideias que lhe deram vida e expressão emblemáticas;

- A plêiade de discípulos fiéis de elevado gabarito, tanto estético quanto técnico, que lhe deram continuidade, é o maior testemunho da gratidão e do reconhecimento histórico que espontânea e legitimamente eles legaram ao seu mestre e fundador.



## 5 – Bibliografia

### I – Textos Fundamentais

#### - De São Tomás de Aquino

- MONDIN, Battista, *Commenti ai «Nomi Divini di Dionigi*, Volume I, Edizioni Studio Domenicano, Bologna, 2004;

- MYSTIQUE, Denys le, *Commentaire de saint Thomas D’Aquin sur «Les Nons Divins»*, Paris, 2008;

- FORMENT, Eudaldo, *São Tomás de Aquino – Vida, Pensamento e Obra*, edição do Jornal Público, Lisboa, 2007;

- MONACHESE, Angela, *Tommaso d’Aquino e la Bellezza*, Armando Editore, Milano, 2016;

- BARZAGHI, Giuseppe, *Somma Teologica di San Tommaso D’Aquino, in Compendio*, Edizioni Studio Domenicano, Bologna, 2016;

- *Suma Teológica de São Tomás de Aquino*, Edições Loyola (Disponibilizado em «Livros Católicos para Download»).

#### - De Architectura Paisagista

- ANDRESEN, Teresa, *Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian – Francisco Caldeira Cabral e a Primeira Geração de Arquitectos Paisagistas*, editor: Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2005;

- CALDEIRA CABRAL, Francisco, *Fundamentos da Architectura Paisagista*, de Instituto de Conservação da Natureza, 2ª edição, Lisboa, 2003;

- PESSOA, Fernando Santos, *Gonçalo Ribeiro Telles-Textos Escolhidos* – editora Argumentum, Lisboa, 2022.

- SERRÃO, Adriana Veríssimo, *Filosofia da Paisagem-Estudos*, edição do Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2013;

- SOROMENHO-MARQUES, Viriato, *A Portuguese Approach to the Environmental Crisis, Portuguese Literature and the Environment*, edited by Victor K. Mendes and Patrícia Vieira, Lanham-Boulder- New York - London, Lexington Books, 2019, pp.13-29;

- WATERMAN, Tim, *The Fundamentals of Landscape Architecture* – editor: Bloomsbury Publishing PLC, Chicago, 2020.

## **II - Bibliografia complementar - Estudos**

### **Sobre São Tomás de Aquino**

- ECO, Umberto, *Arte e bellezza nell'estetica medievale*, Editrice La Nave di Teseo, Milano, 2016;

- ECO, Umberto, *Art et Beauté dans l'esthétique médiévale*, Éditions Grasset & Fasquelle, Paris, 1997;

- ECO, Umberto, *Storia della Bellezza*, de Umberto Eco, VII edizione, Bompiani Edizioni, Firenze, 2008;

- RASSAN, Joseph *Tomás de Aquino*, Edições 70, Lisboa, 1966.

- SCRUTON, Roger, “Beauty”, Oxford University Press, 2009;

## **III - Outras obras consultadas**

- AERTSEN, Jan, *Medieval Philosophy and the Transcendentals*, BRILL, Leiden-Boston, 2012;

- ARISTÓTELES, *Poética*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2018;

- BRUN, Jean, *Aristóteles*, de Jean Brun, Publicações D.Quixote, Lisboa, 1986;

- CHENG, Francois, *Cinq méditations sur la beauté*, Éditions Albin Michel, Paris, 2008;

- CORBIN, Alain *et alii*, *História do Cristianismo*, Editorial Presença, Lisboa, 2008;
- CAMEROTO, Alberto, *et alii*, “Esilio della bellezza”, Editrice Mimesis, Milano, 2014;
- KONSTAN, David, *The Fortune of an Ancient Greek Idea - BEAUTY*, Oxford University Press;
- PLATÃO, *Banquete*, Edições 70, Lisboa, 2000;
- PLATÃO, *Fedro*, Edições 70, Lisboa, 2009;
- ROCHA PEREIRA, Maria Helena, *Estudos de História de Cultura Clássica - Cultura grega*, Fundação Calouste Gulbenkian, 10ª Edição, Lisboa, 2006;
- SCHIFFTER, Frédéric, *Beauté-Une éducation esthétique*, Éditions Autrement, Paris, 2012;
- SOROMENHO-MARQUES, Viriato e PATRÃO, MARIA do CÉU NEVES, *Ética Aplicada-AMBIENTE*, Edições 70, Lisboa, 2017;
- TOURAULT, Philippe, *História Concisa da Igreja*, Publicações Europa América, Mem-Martins, 1996;
- VASARI, Giorgio *Vite dei più eccellenti architetti, pittori et scultori italiani, da Cimabue, insino a' tempi nostri*, Einaudi editori, Torino, prima edizione, 1986;
- WERNER, Jaeger *Paideia*, Editorial Aster, Lda, Lisboa, s.d..

#### **IV - Obras instrumentais**

- *LOGOS* – Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia, Volume 2, Editorial Verbo, Lisboa, 1990;
- *Enciclopedia Garzanti di Filosofia*, Garzanti Editori, Milano, 2004;